



**CURITIBA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO**

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – SMS.

**OBJETO:** SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO – EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI.

**ENVIO DE PROPOSTA:** a partir da publicação do edital, ou seja, **do dia 03/04/2025 até às 09h00 do dia 16/04/2025.**

**ENVIO DE LANCES:** 16/04/2025 – 09:05 ÀS 10:00 HORAS.

**AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS VIA INTERNET, SITE [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), CONFORME PREVISTO ACIMA.**

**O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO SITE INDICADO NESTE AVISO.**

**INFORMAÇÕES CONTACTAR PELOS FONES: (41) 3350-9414, 3350-9147, 3350-9951, 3350-9018 e 3350-9062.**

Curitiba, 03 de abril de 2025.

JULIANO  
SCHMIDT  
GEVAERD:03441037901  
37901

Assinado de forma digital  
por JULIANO SCHMIDT  
GEVAERD:03441037901  
Dados: 2025.04.03  
10:38:40 -03'00'

**JULIANO SCHMIDT GEVAERD  
Superintendente Executivo**



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Saúde  
Comissão Permanente de Licitação/SMS  
Rua Francisco Torres, 830, Andar C – Sala C 03  
Centro 80.060.130  
Curitiba – PR  
www.curitiba.pr.gov.br

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01 – 061810/2025**  
**AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR Nº 658/2025**  
**TIPO PROCESSO: REGISTRO DE PREÇOS**

O Município de Curitiba comunica aos interessados que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, cujo edital assim se resume:

**OBJETO:** “SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO – EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI”, conforme especificações contidas no formulário proposta eletrônico e anexos, partes integrantes deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).

**VALOR ESTIMADO:** O valor total máximo estimado é de R\$ 1.479.591,02 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e um reais e dois centavos).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PROPOSTAS:** As propostas serão recebidas, **exclusivamente**, por meio da Internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, a partir da publicação do edital **até as 09:00 h, horário de Brasília/DF do dia 16 de abril de 2025**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem por outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

**LANCES:** Os lances serão recebidos, **exclusivamente**, por meio da Internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **16 de abril de 2025, das 09h05min às 10:00h, horário de Brasília/DF**.

Curitiba, 03 de abril de 2025.

JULIANO SCHMIDT Assinado de forma digital por  
JULIANO SCHMIDT  
GEVAERD:03441037901  
7901 Dados: 2025.04.03 10:41:59  
-03'00'

**JULIANO SCHMIDT GEVAERD**  
**Superintendente Executivo**



Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal da Saúde  
Comissão Permanente de Licitação/SMS  
Rua Francisco Torres, 830, Andar C – Sala C 03  
Centro 80.060.130  
Curitiba – PR  
[www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)

## 1 – INTRODUÇÃO

1.1. O Município de Curitiba torna público que a Secretaria Municipal da Saúde realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, destinado à **participação exclusiva para microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual**, na forma eletrônica, utilizando-se de recursos da tecnologia de informação, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

1.2. A licitação será do tipo menor preço, conforme autorização para licitar nº **658/2025**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais: nºs 962/2016, alterado pelo Decreto Municipal nº 387/2023, 383/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 1.392/2023, 385/2023, 388/2023, 700/2023, 701/2023, 804/2023, 1.346/2023, 2193/2023 e 485/2024 de acordo com cláusulas abaixo descritas.

## 2 – INDICAÇÃO DA PREGOEIRA E DA EQUIPE DE APOIO

2.1. O pregoeiro e a equipe de apoio designados por meio da **Portarias nº 107/2024 e 146/2024 – SMS**, conforme previsto no Decreto 2193/2023 responsáveis pelo presente Pregão Eletrônico são:

Pregoeira: Angela Koga Lemes

Equipe de Apoio:

- Ariana Marchetto Schubak Santiago
- Rochelli Regina Faria de Mello

2.2. Na ausência do pregoeiro responsável, o presente Pregão será conduzido e julgado por um dos agentes designados como Equipe de Apoio.

2.3. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, o setor solicitante ficará responsável por esta análise.

2.4. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação do setor solicitante.

## 3 – OBJETO DA CONVOCAÇÃO GERAL

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico o objeto se constitui na **“SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI”**, conforme especificações contidas neste instrumento, anexos e no formulário-proposta eletrônico, parte(s) integrante(s) deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba – [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), na forma de Lista de Itens do Processo, em que estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. O objeto cotado deverá estar em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste Edital, seus anexos e no formulário-proposta eletrônico, bem como os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais são partes integrantes e inseparáveis deste Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

3.4. A distribuição dos itens **está disposta no Anexo A do Termo de Referência**.

3.5. Compõe esta Convocação Geral, além das condições específicas, os seguintes documentos:

**3.5.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO A - DESCRITIVO DOS PRODUTOS**

**ANEXO B - CONDIÇÕES GERAIS PARA COTAÇÃO**

**ANEXO C - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)**

**ANEXO D – FORMULÁRIO PROPOSTA**

**ANEXO E - DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS**

**ANEXO F - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

**ANEXO G - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021**

**ANEXO H - DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO DO CONVENIO CONFAZ 87/2002**

**ANEXO I - DECLARAÇÃO DE NÃO APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO DO CONVENIO CONFAZ 87/2002**

**3.5.2. ANEXO II – DOCUMENTOS EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

**3.5.3. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4 – ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS, OFÍCIOS E IMPUGNAÇÕES**

4.1. As dúvidas, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente Edital deverão ser dirimidos somente pelo (a) Pregoeiro (a), mediante solicitação por escrito, até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura da sessão pública, ou seja limitado até as 18:00 do último dia, por meio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) ou nos seguintes endereços eletrônicos:

**[anlemes@sms.curitiba.pr.gov.br](mailto:anlemes@sms.curitiba.pr.gov.br)**  
**[aschubak@sms.curitiba.pr.gov.br](mailto:aschubak@sms.curitiba.pr.gov.br)**  
**[rocmello@sms.curitiba.pr.gov.br](mailto:rocmello@sms.curitiba.pr.gov.br)**  
**[cplsms@sms.curitiba.pr.gov.br](mailto:cplsms@sms.curitiba.pr.gov.br)**

4.2. É dever dos interessados acompanhar os Boletins de Esclarecimentos, os Comunicados, as solicitações, os avisos e ofícios publicados e emitidos pelo (a) Pregoeiro (a) no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba pelo site - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo da responsabilidade exclusiva dos licitantes o acompanhamento e a leitura de todos esses documentos. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

4.3. Para recebimento dos documentos publicados, o licitante deverá cadastrar no site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) apenas 1 (um) e-mail válido, que disponibilize acesso de aviso de leitura ou de recebimento.

4.4. Consideram-se lidos os documentos quando o sistema informar o recebimento do e- mail pela empresa ou licitante.

4.5. As solicitações feitas serão atendidas nas seguintes formas:

**4.5.1. Boletins de Esclarecimentos** - meio pelo qual serão veiculados os atendimentos a todas as dúvidas levantadas, bem como as informações solicitadas pelos interessados, que serão anexados pelo (a) Pregoeiro (a) ou pela Equipe de Apoio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

**4.5.2. Comunicados** – informações e notícias referentes a este certame emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Equipe de Apoio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

**4.5.3. Impugnação** - meio pelo qual, nos termos do Decreto Municipal nº 385, de 2023, nos procedimentos de contratações eletrônicas, qualquer interessado poderá, até **03 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública**, impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, cuja impugnação deverá se dar por meio de acesso eletrônico através do site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br). Sendo que data e horário limite é o previsto no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

**4.5.4. Ofícios** – comunicação escrita formal. Documento que representa a comunicação oficial do remetente para o destinatário, pois usa do canal escolhido pela lei ou pelas partes para esse fim com o propósito de fazer uma solicitação ou reivindicação oficial.

4.5.4.1. Os ofícios disponibilizados no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), por se tratar de uma comunicação oficial, entre o(a) pregoeiro(a) e o licitante, durante

o julgamento do certame serão visualizados apenas pelo licitante informado neste ofício.

4.6. O sistema e-Compras enviará automaticamente, para o endereço de e-mail registrado pela licitante, no cadastro de fornecedores, um e-mail toda vez que for inserido no portal e-Compras os documentos descritos nos itens 4.5.1., 4.5.2. e 4.5.4.

4.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento tem efeito vinculante.

4.9. Caso não seja possível a análise e julgamento da impugnação ou do pedido de esclarecimento no prazo legal, a licitação poderá ser suspensa por determinação da autoridade máxima do órgão promotor, a fim de evitar prejuízos ao atendimento do prazo legal.

4.10. Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame, respeitando o prazo mínimo legal de publicidade.

4.11. Não acolhida a petição, e estando a licitação suspensa, será designada nova data para realização do certame, considerando, no mínimo, o prazo residual.

4.12. Qualquer solicitação feita fora do prazo previsto no item **4.1** será considerada, intempestiva.

## **5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância da legislação em vigor, dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive, quanto a recursos.

5.2. Somente poderão participar da presente Licitação:

5.2.1. **Microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**, conforme Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, Lei Complementar Municipal nº 89, de 2014 e alterações, Decreto Municipal nº 962, de 2016, Decreto Municipal nº 387, de 2023 e legislação correlata, desde que:

- a) Satisfaçam integralmente as condições deste Edital;
- b) Estejam cadastradas no sistema e-Compras Curitiba ([www.compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.compras.curitiba.pr.gov.br)) e;
- c) Estejam regularmente estabelecidos no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam incorporados ao objeto do presente Pregão Eletrônico e que execute atividade pertinente e compatível com este objeto.

5.2.2. A obtenção do benefício previsto nos Decretos nºs 962/2016 e 387/2023, bem como na Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às ME e EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação.

5.2.3. Será concedido tratamento favorecido para MEIs e EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei Federal nº 14.133/2021, para agricultor familiar, o produtor pessoa física e para o MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. Nos procedimentos eletrônicos de contratação municipal decorrentes de procedimento licitatório o interessado deve estar cadastrado para o grupo e subgrupo do objeto da licitação em que tenha interesse de participar, nos termos do Decreto Municipal nº 388/2023.

5.3.1. Somente estarão disponíveis os itens em que o participante estiver cadastrado para o grupo e subgrupo indicado no sistema eletrônico de compras e compatível com seu objeto mercantil.

5.4. O interessado enquadrado na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual as sociedades cooperativas mencionada no art. 16, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o agricultor familiar, o produtor pessoa física, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão, no momento do cadastramento no sistema e-Compras Curitiba, fazer a opção de seu enquadramento fiscal para possibilitar a aplicação das disposições da legislação específica.

5.4.1. A ausência de identificação como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual impedirá que o sistema e-Compras Curitiba identifique o benefício previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais normas correlatas.

5.4.2. A identificação inadequada no enquadramento na definição legal reservada à microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual configura fraude no certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidade.

5.5. Não poderão participar desta licitação:

I. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

II. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

IV. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

V. microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que se utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

VI. os licitantes que se enquadrem no previsto do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006;

VII. empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer esfera federativa ou suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção;

VIII. nenhum servidor efetivo, empregado público ou comissionado da Administração direta e indireta do Município poderá ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho diretivo de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, nos termos do art. 98 da Lei Orgânica do Município;

a) A vedação a que se refere o item VIII aplica-se desde o período em que se inicia a fase preparatória do processo de contratação e se estende ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, quando se tratar de servidor efetivo, empregado público ou comissionado que atue na formalização do contrato como dirigente ou ordenador de despesa do órgão ou entidade contratante, e ainda aquele que desempenhe função na licitação, na fiscalização ou na gestão contratual;

b) A infração às proibições contidas no item VIII será apurada para os fins previstos em lei;

IX. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746, de 2014-TCU-Plenário);

X. enquanto mantiverem vínculo com a administração pública municipal ou antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias após findo o respectivo vínculo, os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, os Presidentes de Entidades da Administração indireta municipal e os ocupantes de funções que possibilitem ordenação de despesas públicas, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, não poderão ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que firme qualquer modalidade de contrato com o Município.

5.5.1. As vedações a que se referem o inciso IV e VIII aplicam-se desde o período em que se inicia a fase preparatória do processo de contratação.

5.6. Nesta licitação não será aceita a participação de empresas em consórcio.

5.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

## **6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1. As propostas de preços serão recebidas, exclusivamente, por meio da internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), a partir da publicação do edital **até as 09:00 horas do dia 16 de abril de 2025**.

6.2. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao sistema e-Compras Curitiba.

6.3. O envio de proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que o interessado:

- a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos e quaisquer outros publicados; que os comparou entre si e obteve do Pregoeiro informações escritas sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- b) assume integral responsabilidade pela entrega/execução do objeto licitado, se vencedor da licitação;
- c) considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de proposta totalmente satisfatória;
- d) incluiu nos preços apresentados todas as despesas e encargos necessários para a execução do objeto licitado.

6.3.1. A licitante deverá aplicar as deduções do ICMS desonerado autorizadas pelo Convênio CONFAZ 87/2002, no valor proposto, dos itens deste processo que se enquadrem nesta condição. Para tanto, deverá apresentar DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO, exigida no item 2D. do Anexo C do Termo de Referência, "Documentos exigidos para classificação da proposta/itens" de acordo com o modelo que consta no Anexo H do Termo de Referência.

6.3.2. Esta Declaração só deverá ser apresentada pela licitante que cotar item(ns) que se enquadre(m) nesta condição de dedução de ICMS desonerado em consonância com o Convênio CONFAZ nº 87/2002.

6.3.3. Aos licitantes optantes do "Simples Nacional" ou incidentes em outro regime tributário, que não permita a aplicação da desoneração exposta acima, será exigida Autodeclaração de Não Aplicação da Desoneração do Convênio CONFAZ nº 87/2002, conforme modelo que consta no Anexo I do Termo de Referência.

6.4. No momento do envio da proposta no sistema e-Compras Curitiba os interessados deverão dar o "aceite" às condições estabelecidas no regulamento do presente Pregão Eletrônico, momento em que declara:

- a) que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba;
- b) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- c) que não foi declarado inidôneo por qualquer esfera federativa e de que não está suspenso de licitar ou impedido de contratar com o Município;
- d) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- f) o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- g) o enquadramento nas condições previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- h) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, se couber;
- i) cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estipula a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- j) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k) o licitante organizado em cooperativa declara que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

6.5.1. O(A) pregoeiro(a) poderá a qualquer momento solicitar a comprovação das declarações realizadas.

6.6. Para a formação da oferta o interessado deverá observar as condições e exigências descritas neste Edital e nela incluir todos os custos, despesas, tributos, transporte (inclusive carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver) e todo e qualquer encargo que incidir sobre o objeto.

6.7. Após o preenchimento dos campos da marca, do modelo e do preço, os interessados deverão enviar as suas propostas, que permanecerão criptografadas e invioladas até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances.

6.7.1. Na proposta eletrônica, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, os interessados deverão preencher os campos da marca e do modelo conforme previsto nos subitens abaixo.

- **MARCA** - deverá ser preenchido o nome do medicamento de acordo com o Registro na ANVISA ou mencionar categoria de genérico ou medicamento de notificação simplificada.

- **MODELO** - deverá ser preenchido o nome do laboratório fabricante.

6.7.2. Após termino da fase de lances, será verificado se as licitantes atenderão ao estabelecido no item 6.7.1., o não atendimento ao estabelecido neste item, poderá acarretar na desclassificação do(s) item(ns) cotado(s).

**6.8. A licitante não poderá indicar mais de uma marca para o mesmo item. A indicação de mais de uma marca acarretará na desclassificação do item.**

6.9. Caso ocorra a suspensão da abertura do processo licitatório, as propostas recebidas até o momento da suspensão serão excluídas pelo sistema e-compras, sendo que as interessadas em participar do Pregão deverão encaminhar novamente suas propostas, após a indicação da nova data de recebimento de propostas.

6.9.1. Enquanto o processo estiver suspenso o sistema não receberá nenhuma proposta.

6.10. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

6.11. Caso o preço máximo esteja sendo indicado na tela pelo(a) Pregoeiro(a), as propostas deverão a ele se limitar, sob pena de recusa pelo sistema e desclassificação da proposta.

6.12. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.12.1. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu envio.

6.12.2. Todos os elementos contidos na proposta têm efeito vinculante à licitante que a enviou.

6.13. Não será aceita:

6.13.1. carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão no envio da proposta cometido pelo fornecedor, por seu funcionário ou agente a quem esta tarefa tenha sido delegada e

6.13.2. proposta enviada ao (a) pregoeiro(a), por outro meio que não o eletrônico, quer seja via postal ou outra fora das condições estabelecidas no item **6.1**;

6.14. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.15. Após a apresentação das propostas, o sistema ordenará automaticamente aquelas classificadas provisoriamente para a participação da etapa de lances.

## **7 – APRESENTAÇÃO DOS LANCES**

7.1. Os licitantes que apresentaram proposta poderão participar da fase de lances com lances sucessivos, no horário fixado para abertura da sessão pública, nos termos do Decreto Municipal 385, de 2023.

7.2. Os lances serão recebidos, exclusivamente, no dia **16 de abril de 2025 das 09h05min. às 10:00h.**, por meio do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

7.3. O presente Pregão será pelo modo de disputa "ABERTO".

7.4. Os lances deverão ser ofertados a partir do menor preço. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para o envio, sendo responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo seus lances como firmes e verdadeiros.

7.5. Os lances deverão ser inferiores ao último valor apresentado ou de mesmo valor.

7.6. Encerrado o certame, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.7. Neste Pregão Eletrônico, serão aceitos lances intermediários.

7.7.1. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superior ao lance registrado, mas inferior ao último lance por ele ofertado, tendo em vista que o critério de julgamento menor preço conforme item 8 deste Edital.

7.7.1.1. O lance intermediário é quando o licitante não tendo interesse ou não possa baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, oferta um lance com valor igual ou superior ao lance registrado, mais inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (inferior ao seu próprio lance).

7.8. Neste processo não será aplicado o previsto no §4º do art. 56 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e §6º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 385/2023, ou seja, após a definição da melhor proposta, não haverá reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.9. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante até o final da fase de lances.

7.10. Se constatada na etapa de envio de lance a inviabilidade de manutenção do preço ofertado, este poderá ser cancelado a pedido do licitante ou a critério do(a) pregoeiro(a), mediante motivação.

7.11. O sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação das propostas e informará na tela para envio dos lances os menores preços propostos, sem identificar os seus detentores. Os lances deverão ser ofertados a partir do menor preço.

7.12. No lance, o interessado deverá observar as condições e exigências descritas neste Edital e nele incluir todos os custos, despesas, tributos, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver) e todo e qualquer encargo que incidir sobre o objeto.

7.13. Havendo empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 104 do Decreto Municipal nº 385, de 2023.

7.13.1. Os licitantes empatados podem apresentar, em **até 30 minutos** após a classificação, nova proposta final para desempate, conforme §1º, do art. 104, do Decreto Municipal 385, de 2023.

7.14. Após a etapa de envio de lances, o sistema eletrônico ordenará de acordo com a classificação para o início da fase de negociação.

7.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.2. Na negociação, o(a) pregoeiro(a) encaminhará contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para obtenção de condições mais vantajosas, atendendo às condições do edital.

7.14.3. O prazo para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se for o caso, dos documentos complementares relativos aos valores negociados, deverá ser de **02 (duas) horas**, contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema.

7.15. Encerrada a fase competitiva no sistema eletrônico, o Pregoeiro e a equipe de apoio iniciarão a etapa de julgamento.

7.16. Após o encerramento da sessão de envio dos lances, será informada a lista dos licitantes classificados com os melhores lances no certame, que estará disponível no site: [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no histórico de lances.

7.17. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade dos lances ofertados, aos quais fica vinculada.

7.18. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública virtual, sendo de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.19. As referências a horários no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília - DF e serão registradas no sistema eletrônico e a documentação relativa ao certame.

7.20. A data para a divulgação do resultado de julgamento será informada pelo Pregoeiro durante a sessão de lances, no "chat" de conversação ou por meio de Comunicado disponibilizado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - sistema e-Compras Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo da responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento da data.

## **8 – JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O presente Pregão Eletrônico é do tipo "**menor preço**".

8.1.1. O julgamento será feito pelo **menor preço por item**.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e nos seus anexos;
- III. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem em desacordo com o orçamento estimado para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração;
- V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.4. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.5. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita e, mesmo nesta hipótese, o Pregoeiro poderá negociar, visando à obtenção de condições mais vantajosas à Administração Pública.

8.6. O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, nos termos da legislação vigente.

## **9 – DAS AMOSTRAS, LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS**

9.1. Para fins deste certame, não serão exigidos amostras, laudos ou descritivos técnicos.

## **10 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

10.1. Para a habilitação serão observadas as disposições constantes no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 (Capítulo VI) juntamente com as condições previstas neste edital e as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 388/2023 e no Decreto Municipal nº 804/2023.

10.2. Para a habilitação, serão exigidos os documentos previstos no art. 2º do Decreto Municipal nº 804/2023, os quais são necessários e suficientes, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação:

10.2.1. Na fase de habilitação serão analisados os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, social e trabalhista, referentes à licitante classificada com o melhor lance e que esteja devidamente cadastrada no PNCP e no Cadastro de Fornecedores do Município, do Departamento de Licitação e Gestão de Compras da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação, nos termos do Decreto Municipal nº 388/2023 e do Decreto Municipal nº 804/2023 e dos que os substituírem.

10.3. A documentação exigida para fins de habilitação será substituída pelo registro cadastral no Município de Curitiba desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º abril de 2021, nos termos do art. 11, II, do Decreto Municipal nº 804/2023.

10.4. O(A) Pregoeiro(a) deverá notificar o licitante concedendo prazo para regularização e atualização dos documentos no Cadastro de Fornecedores do sistema e-compras.

10.5. Para demonstrar a aptidão econômica em cumprir as obrigações decorrentes da futura aquisição ou contrato, o licitante deverá seguir o previsto no Decreto Municipal nº 804, de 2023.

10.5.1. Conforme previsto no art. 5º Decreto Municipal nº 804/2023, caso o balanço patrimonial e demonstrações contábeis revele índices de solvência ou de liquidez inferiores a 1 (um), a licitante deverá possuir PATRIMÔNIO LÍQUIDO POSITIVO, mediante verificação por meio PARECER CONTÁBIL o qual é emitido por profissional habilitado do corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

10.6. O Microempreendedor Individual - MEI não tem a obrigação de produzir e apresentar os balanços patrimoniais.

10.7. Para o julgamento da habilitação, o Pregoeiro verificará o documento denominado Relação de Fornecedor, disponível no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, cujo acesso dar-se-á no sistema e-Compras: [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), em que se consultará:

- a) a validade dos documentos;
- b) se os documentos estiverem vencidos, mas passíveis de verificação de validade na *internet*, o licitante poderá ser habilitado.

10.8. Se o licitante mais bem classificado for inabilitado, será, sucessivamente, avaliada a habilitação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

10.9. É de responsabilidade do licitante a manutenção dos documentos da habilitação e demais documentos requeridos no edital atualizados durante todo o período da contratação, nos termos do Decreto 388/2023.

10.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante mais bem classificado, o(a) pregoeiro(a) solicitará a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação, prorrogáveis por igual período, conforme art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.10.1. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções, nos termos da legislação vigente, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos da legislação vigente.

10.11. A microempresa ou a empresa de pequeno porte e o microempreendedor individual é responsável por solicitar seu desenquadramento de acordo com o art. 5º, §3º do Decreto Municipal nº 804/2023, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos em lei.

10.12. Os documentos exigidos, além dos previstos para o cadastramento e que não tiverem em seu texto o prazo de validade, deverão ser apresentados com **expedição máxima de três meses**, a contar da data de sua emissão.

10.12.1. Excetua-se da regra de prazo prevista no item 10.12. os atestados de capacidade técnica.

10.12.2. O prazo previsto no item 10.12. poderá ser diverso, se houver norma específica contendo prazo diferenciado para validade de determinados documentos.

10.13. Além dos documentos constantes da Relação de Fornecedor, poderão ser exigidos outros documentos relacionados neste Edital e no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

10.13.1. Para os documentos exigidos no Edital ou no Termo de Referência que não estejam contemplados no cadastro, o(a) pregoeiro(a) concederá prazo de, no mínimo, 24 horas para a apresentação, findo o qual sem que tenham sido apresentados, haverá a inabilitação do licitante.

10.14. Na fase do julgamento da habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. As condições de habilitação da empresa vencedora deverão ser mantidas até o fim da vigência do Registro de Preços.

## **11 – RECURSOS**

11.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021, nos termos dos artigos 165 e 168, cabem recurso e pedido de reconsideração.

11.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação do resultado do julgamento.

11.4. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

11.5. O licitante que tiver interesse em recorrer do resultado divulgado no site [www.ecompras.curitiba.pr.gov.br](http://www.ecompras.curitiba.pr.gov.br) deverá manifestar a sua intenção, em **até 20 (vinte) minutos** após a publicação do resultado de julgamento, abrindo-se, então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação de recurso nos termos do Decreto Municipal nº 385/2023.

11.5.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início após a finalização do prazo recursal e divulgação do comunicado da interposição do recurso pelo Pregoeiro.

11.5.1.1. A data e horário limite para apresentação das manifestações de intenção de recurso dos recursos administrativos e das contrarrazões é o previsto no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

11.5.2. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5.3. As manifestações de intenção de recurso, os recursos administrativos e as contrarrazões deverão ser encaminhados pelo site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

11.6. Não serão conhecidas a intenção de recorrer ou as razões recursais que não tenham sido encaminhadas dentro do prazo legal.

11.7. A ausência de manifestação do licitante dentro do prazo estabelecido importará na decadência do direito de recurso.

11.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade máxima superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá ser auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico e pelas áreas técnicas, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-las com as informações necessárias, nos limites de suas competências.

11.9. Não havendo manifestação de interesse em interpor recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para a adjudicação e a homologação.

11.10. Decididos os recursos, conforme avaliação do mérito, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará a licitação.

## **12 – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade máxima do órgão promotor, que poderá:

- I. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

### **13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços (ARP):

- I - serão registrados na ARP os preços e os quantitativos do adjudicatário;
- II - será incluído na ARP, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos dos adjudicados na sequência de classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original;
- III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ARP, que deverá ser respeitada nas contratações;
- IV - a ARP com o preço registrado e indicação dos fornecedores será divulgada no PNCP e no Portal de Compras do Município de Curitiba e ficará à disposição durante a sua vigência.

13.2. O registro a que se refere o inciso II do item 13.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ARP, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 701/2023.

13.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do item 13.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

13.4. Após a homologação, os licitantes remanescentes poderão, em até **4 (quatro) horas úteis**, se manifestar eletronicamente no sistema e-Compras, sobre a aceitação em efetuar cadastro de reserva, precluindo o direito após esse prazo. Exemplo: Um processo homologado às 10:00 horas, o prazo será contado das 10:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, contabilizando 4 (quatro) horas úteis. (Correm horas úteis nos períodos: das 8h às 12h e das 14h às 18h).

13.5. Conforme § 4º do art. 98 do Decreto Municipal nº 701/2023, a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, respeitadas as condições previstas neste edital e nas seguintes situações:

- I - quando o adjudicatário não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório;
- II - quando houver o cancelamento do registro do licitante, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 701/2023.

13.6. O cadastro de reserva constitui expectativa de direito ao licitante cadastrado, ficando dispensada sua assinatura no respectivo termo.

13.6.1. Na hipótese da convocação de remanescente, o licitante será comunicado para assinar a ARP.

13.7. Após a homologação da licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar ARP no prazo e nas condições estabelecidos neste edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.8. Convocada, a adjudicatária terá o prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação do Município para assinar a ARP, nos termos do Decreto Municipal nº 701/2023, sob pena de cair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2023 e neste edital.

13.8.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito expressamente pela Administração;

13.8.2. A ARP será enviada para o licitante para assinatura, por meio eletrônico, e-mail do Pregoeiro e equipe de apoio indicados neste edital e pelo portal [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no link "ofício", para que seja assinada e devolvida pelos mesmos meios eletrônicos.

13.8.3. A ARP disponibilizada no Sistema de Registro de Preços (SRP) será assinada mediante uso de certificação digital ICP-Brasil.

13.9. Quando o convocado não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

13.11. O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, no Portal de Compras do Município e no Diário Oficial Eletrônico - Atos do Município de Curitiba, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que conveniente, oportuno e comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

13.12. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gestor convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.12.1. O fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.12.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item 13.12.1, deverão ser convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.12.3. A Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.12.4. Não havendo êxito na negociação, deverá ser cancelada a ARP, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.12.5. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e às entidades que tiverem formalizado contratos para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual.

13.13. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ARP, poderá o fornecedor requerer ao gestor da ARP a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, nos termos do Decreto Municipal nº 701/2023.

13.13.1. Havendo cancelamento do preço registrado do fornecedor, deverão ser convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.13.2. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata, no máximo, nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos deste edital.

13.13.3. Não havendo êxito na negociação, deverá ser cancelado o preço registrado, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.14. Os órgãos e entidades do Município de Curitiba não participantes do certame podem aderir à ARP, respeitadas as regras previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 701/2023, hipótese em que a solicitação de cotas deverá ser formalizada em procedimento específico e respeitados os quantitativos licitados.

13.14.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

13.14.2. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.14.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à gestão e a verificação quanto ao cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação as suas próprias contratações, informando, quando for o caso, as ocorrências ao gestor indicado.

13.15. A ARP, com o preço registrado e indicação dos fornecedores, será divulgada no PNCP e no Portal de Compras do Município de Curitiba e ficará à disposição durante a sua vigência.

#### **14 – DO EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

14.1. Após a homologação do certame, é dever do licitante verificar todas as Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento no sistema e-Compras Curitiba, conforme Decreto Municipal nº 1.603/2009.

14.2. As consultas devem ser realizadas no sistema e-Compras Curitiba, no menu do portal personalizado "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento".

14.3. A aceitação do empenho pela vencedora da licitação após o prazo de validade da proposta importa em prorrogação tácita do prazo da proposta, que não desonera o licitante de dar cumprimento aos prazos previstos para entrega do objeto. Eventual atraso no cumprimento das obrigações será passível de penalização, nos termos deste edital.

#### **15 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A gestão dessa aquisição será acompanhada e fiscalizada, conforme está previsto no Termo de Referência, anexo a este edital.

15.2. Ficam os gestores e fiscais proibidos de intervir indevidamente na gestão interna do contratado.

15.3. É vedada à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração do contratado, nos termos do art. 70 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

15.4. Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação decorrente deste Pregão Eletrônico e para o exercício das atribuições constantes no Decreto Municipal nº 700, de 2023 e demais legislações pertinentes, os respectivos servidores: Sr. Mauricio Portella – matrícula n.º 40.055 e Sra. Iris de Freitas Farias Lobo – matrícula nº 145.785.

15.5. Para este Pregão Eletrônico foi dispensada a indicação de Fiscal. A informação referente a não indicação de fiscal está descrita no Termo de Referência.

#### **16 – DA ENTREGA DO OBJETO**

16.1. Os prazos e os métodos para a realização da entrega estão definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

#### **17 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17.1. As condições referentes ao pagamento da Contratada são as descritas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

17.2. Após a execução do objeto contratado, a Contratada deverá formalizar o pedido de pagamento via Sistema PROCEC PAGAMENTOS, através do seguinte endereço eletrônico: <https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br/>.

17.3. Os procedimentos e a forma de acesso ao PROCEC PAGAMENTOS estão disponíveis no Guia de Serviços, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/procec-pagamentos/777>

#### **18 – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS**

18.1. As regras e condições sobre reajuste e revisão estão em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 700/2023 e 701/2023 e disposições contidas no **Termo de Referência**, parte integrante deste edital.

18.2. As regras de preclusão aplicáveis às alterações dos preços registrados em ata e às alterações dos preços das contratações são as constantes nos Decretos Municipais nº 700/2023 e 701/2023, sob pena da perda do direito.

## **19 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### 19.1. Na Licitação:

19.1.1. Observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, o licitante será responsabilizado administrativamente pelo descumprimento de qualquer condição estabelecida neste edital e pelo cometimento das infrações a que der causa, tais como:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento;
- V. fraudar a licitação;
- VI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VII. praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
- VIII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

19.1.2. Pelas infrações cometidas pelo licitante serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.1.3. A multa será recolhida no seguinte percentual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da intimação:

- I. Para as infrações previstas nos incisos I a III do item 19.1.1., a multa será de 15% (quinze por cento), do valor da contratação.
- II. Para as infrações previstas nos incisos IV a VIII do item 19.1.1., a multa será de 30% (trinta por cento), do valor da contratação.
- III. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções, nos termos do parágrafo único do art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.1.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
- b) fraudar a licitação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

19.1.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

19.1.7. Os efeitos da aplicação da penalidade e o procedimento para a sua aplicação decorrente de infração cometida no curso do procedimento licitatório seguirá o rito previsto no Decreto Municipal nº 700, de 2023.

19.2. Na execução do contrato e Ata de Registro de Preço:

19.2.1. As infrações e sanções relativas à execução do contrato e Ata de Registro de Preço estão previstas no Termo de Referência.

## **20 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Reserva-se à autoridade competente o direito de revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, visando ao interesse da Administração, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. Caso, no dia previsto para o recebimento das propostas ou recebimento dos lances, não haja expediente no órgão em que se realiza a licitação, esta será suspensa e o Pregoeiro emitirá Comunicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba – [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no qual será informada a nova data para o recebimento das propostas ou dos lances e os interessados cadastrados no e-Compras Curitiba nos grupos e subgrupos do objeto desta licitação receberão o Comunicado via e-mail.

20.3. No caso de desconexão do sistema de informática do órgão que realiza a licitação no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no processo, sem prejuízo dos atos realizados.

20.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício após 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no Portal de Compras do Município de Curitiba ou comunicação expressa às empresas via correspondência eletrônica, que deve acontecer no prazo máximo de 2 (duas) horas úteis após a solução do problema pelos técnicos.

20.4. Ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio é facultado solicitar dos proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou objeto apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a instruir o processo.

20.5. A qualquer tempo, o Pregoeiro poderá consultar na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no PNCP o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública de que trata a Instrução Normativa TCE/PR nº 156/2020 ou outros cadastros similares.

20.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.6.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. O Pregoeiro poderá inabilitar o participante, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar o licitante, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fatos ou circunstâncias supervenientes, que demonstrem descumprimento às condições deste edital e das normas aplicáveis por parte do licitante ou de seus sócios.

20.9. Os documentos entregues por *e-mail* ou Ofício, se o Pregoeiro entender necessário, deverão ser apresentados em original.

20.10. O licitante que causar impedimentos ao normal e legal andamento desta licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizado civilmente pelos danos e prejuízos causados ao Município derivados da não conclusão do processo licitatório.

20.11. Conforme artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.

20.12. O licitante e a Contratada devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.13. Para os propósitos do item anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a. "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b. "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c. "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d. "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e. "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.14. Nos casos em que for constatada a prática de atos contra a Administração, será aplicável o Decreto Municipal nº 1.671/2019, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal e dá outras providências.

20.15. O licitante declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Decreto Municipal nº 326, de 17 de fevereiro de 2021, ou outro que porventura o substitua, obrigando-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação e no Contrato, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante e envolvidos nesta contratação.

20.16. Competem ao Contratante as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais, devendo fornecer, tempestivamente, todos os meios para o regular desempenho das atividades da Contratada, principalmente informações e documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do Contrato. O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

20.17. Os atos essenciais da licitação, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados e juntados no respectivo processo administrativo eletrônico e disponibilizados no site do Município de Curitiba.

20.18. É dever dos interessados acompanhar todas as informações disponibilizadas no Portal de Compras do Município de Curitiba, que serão considerados cientes e intimados, a partir da disponibilização da informação, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de informações, diante da inobservância de quaisquer mensagens publicadas pelo agente operador do certame.

20.19. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

20.20. A Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, encontram-se disponíveis para consulta dos interessados no ícone "Legislação" no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba – [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) ou no **link**: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/regulamentacao-municipal-lei-federal-de-licitacoes-n-141332021/3414>

20.21. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.22. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Curitiba.

20.23. Os atos decorrentes das licitações serão publicados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), no Portal de Compras do Município de Curitiba e no Diário Oficial Eletrônico – Atos do Município de Curitiba.

20.23.1. Após a homologação, os documentos que integram o processo licitatório serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Curitiba.

20.24. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o que consta neste edital.

20.25. Os casos omissos neste edital, referentes aos procedimentos operacionais da licitação, serão resolvidos pelo Pregoeiro designado para a condução do presente Pregão Eletrônico.

**20.26. Dúvidas com relação ao sistema e-Compras, ligar para o Suporte e-Compras Curitiba, através dos telefones: (41) 3350-9020, 3350-9019, 3350-9006 ou 3350-9994.**

Curitiba, 03 de abril de 2025.

JULIANO SCHMIDT  
GEVAERD:034410379  
01

Assinado de forma digital por  
JULIANO SCHMIDT  
GEVAERD:03441037901  
Dados: 2025.04.03 10:42:38 -03'00'

**JULIANO SCHMIDT GEVAERD  
Superintendente Executivo**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO E DADOS DA LICITAÇÃO**

1.1. Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos, para Secretaria Municipal da Saúde, exclusivo para microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, através da modalidade de Pregão, pelo período de 01 (um) ano, com entrega parcelada de acordo com a necessidade de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos

<b>CÓDIGO SGP</b>	<b>DESCRIÇÃO RESUMIDA</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>
63.01.05.25017-9	ACETILCISTEÍNA, 100mg/ml, solução injetável,	AM	15.000	3,7467	56.200,00
63.01.05.14691-4	ALBENDAZOL, 400mg, comprimido mastigável,	CP	125.000	0,4100	51.250,00
63.01.05.53522-7	ALBENDAZOL, 40mg/ml, suspensão oral,	FR	45.000	1,0765	48.442,50
63.01.05.39850-0	ALENDRONATO SÓDICO, 70mg, comprimido,	CP	200.000	0,2062	41.240,00
63.01.05.57161-0	BENZILPENICILINA, procaina, 400.000 ui, injetável,	FA	3.500	6,2467	21.863,45
63.01.05.03012-0	CLINDAMICINA, fosfato, 600mg, injetável, 150mg/ml,	AM	11.500	2,8367	32.622,05
63.01.05.00707-7	CLORETO DE SÓDIO, 20%, injetável,	AM	9.000	0,4200	3.780,00
63.02.05.01254-0	CLORPROMAZINA, 25mg, injetável,	AM	2.500	1,9833	4.958,25
63.01.05.00714-1	DESLANÓSIDO, 0,4mg, injetável, (0,2mg/ml),	AM	1.500	2,0200	3.030,00
63.01.05.00731-1	DIMETICONA, 75mg/ml, gotas,	FR	4.500	1,5300	6.885,00
63.01.05.42666-0	DOBUTAMINA, 12,5mg/ml, solução injetável	AM	600	5,3817	3.229,02
63.02.05.01269-6	FENITOÍNA, 50mg/ml, injetável	AM	2.500	1,9933	4.983,25
63.01.05.00744-8	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + DIBÁSICO, ENEMA,	FR	7.000	5,7967	40.576,90
63.02.05.01481-0	MORFINA, SULFATO, 10 mg, injetável,	AM	10.000	2,6200	26.200,00
63.01.05.10145-9	NIFEDIPINA, 10mg.	CS	6.000	0,2233	1.339,80
63.07.05.02252-6	VITAMINA, b1 + associação de vitaminas, injetável,	AM	11.000	5,2940	58.234,00
63.01.05.00704-6	CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, injetável,	AM	5.000	0,5133	2.566,50
63.01.05.13692-1	SOLUÇÃO DE MANITOL, 20%, 250ml, sistema fechado,	UN	400	7,5667	3.026,68
63.01.05.57723-1	CIPROFLOXACINO, 200 mg, injetável,	UN	3.000	8,6467	25.940,10
63.02.05.01260-3	DIAZEPAM, 10mg, injetável,	AM	11.000	0,8667	9.533,70
63.01.05.00737-3	DOPAMINA, 5 mg/ml, injetável,	AM	1.000	3,0017	3.001,70

63.01.05.00749-6	GENTAMICINA, sulfato, 40mg/ml, solução injetável,	AM	1.000	0,9873	987,30
63.01.05.00753-0	GLICONATO DE CÁLCIO, 10%, injetável,	AM	2.500	2,0973	5.243,25
63.01.05.00752-6	GLICOSE, 50%, injetável, ampola,	AM	32.000	0,5204	16.652,80
63.02.05.01289-7	HALOPERIDOL, 5mg/ml, injetável, ampola	AM	15.000	1,8967	28.450,50
63.01.05.00890-8	ISOSSORBIDA, 5mg, comprimido sublingual,	CP	15.000	0,3233	4.849,50
63.01.05.08764-1	IVERMECTINA, 6mg, comprimido,	CP	60.000	0,2370	14.220,00
63.01.05.32297-0	LEVODOPA + CARBIDOPA, 250mg+25mg,	CP	120.000	0,5243	62.916,00
63.01.05.42505-7	LIDOCAÍNA, 2%, com vasoconstritor, solução injetável,	FA	50	6,6833	334,165
63.02.05.42513-1	MIDAZOLAM, 5mg/ml, solução injetável,	AM	6.000	2,8067	16.840,20
63.01.05.19096-4	NITROGLICERINA, 5mg/ml, injetável,	AM	1.300	36,3420	47.244,60
63.01.05.19097-8	OMEPRAZOL, 40mg, injetável, embalado em frasco-ampola,	FA	10.000	7,8267	78.267,00
63.01.05.75176-0	POLIMIXINA B (SULFATO) + NEOMICINA (SULFATO) + fluocinolona acetonida + lidocaína (cloridrato),	FR	6.000	12,67	76.020,00
63.01.05.00943-9	PREDNISONA, 5mg, comprimido,	CP	900.000	0,0597	53.730,00
63.07.05.70967-9	SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, injetável, ampola	AM	4.000	0,9007	3.602,80
63.01.05.04570-1	TIMOLOL, 0,5%, colírio,	FR	6.000	2,5467	15.280,20
63.01.05.65326-6	ESTRIOL, 1mg/g, creme vaginal,	BI	6.000	10,7867	64.720,20
63.01.05.00990-5	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM, 40 mg/ml + 8mg/ml, suspensão,	FR	15.000	3,0920	46.380,00
63.01.05.00993-6	TERBUTALINA, SULFATO, 0,5mg, injetável,	AM	10.000	1,3367	13.367,00
63.01.05.19093-3	AMPICILINA, 1g, injetável,	FA	500	4,3433	2.171,65
63.01.05.00929-0	BENZILPENICILINA, cristalina, 5.000.000 u.i,	FA	400	10,3495	4.139,80
63.02.05.39852-4	CLORIDRATO DE BIPERIDENO,	CP	300.000	0,2630	78.900,00
63.01.05.39879-4	CAPTOPRIL, 25mg, comprimido,	CP	60.000	0,0359	2.154,00
63.01.05.05074-9	LACTULOSE, 667mg/ml, xarope,	FR	2.500	11,9967	29.991,75
63.01.05.00900-6	METILPREDNISOLONA, 500 mg, solução injetável	FA	4.500	16,6600	74.970,00
63.01.05.16530-9	MICONAZOL, 2%, creme dermatológico,	BI	24.000	3,1128	74.707,20
63.02.05.42701-3	NALOXONA, 0,4mg/ml, solução injetável,	AM	500	6,0408	3.020,40
63.01.05.00947-3	PROMETAZINA, 50mg, injetável,	AM	25.000	2,9700	74.250,00
63.01.05.39942-0	PROPRANOLOL, 40mg, comprimido,	CP	800.000	0,0333	26.640,00
63.01.05.07584-9	SOLUÇÃO GLICOSADA, 5%, 250ml, sistema fechado,	UN	12.000	4,3563	52.275,60
63.01.05.07585-0	SOLUÇÃO GLICOSADA, 5%, 500ml, sistema fechado,	UN	5.000	5,6133	28.066,50
63.07.05.39956-8	VITAMINA, b1, 300mg, comprimido	CP	350.000	0,2133	74.655,00

## 1.1.1. Tabela com as quantidades estimadas mínimas e máximas a ser adquiridas.

CÓDIGO SGP	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de Medida	Quantidade Mínima Estimada	Quantidade Máxima Estimada
63.01.05.25017-9	ACETILCISTEÍNA, 100mg/ml, solução injetável,	AM	7.500	15.000
63.01.05.14691-4	ALBENDAZOL, 400mg, comprimido mastigável,	CP	62.500	125.000
63.01.05.53522-7	ALBENDAZOL, 40mg/ml, suspensão oral,	FR	22.500	45.000
63.01.05.39850-0	ALENDRONATO SÓDICO, 70mg, comprimido,	CP	100.000	200.000
63.01.05.57161-0	BENZILPENICILINA, procaina, 400.000 ui, injetável,	FA	1.750	3.500
63.01.05.03012-0	CLINDAMICINA, fosfato, 600mg, injetável, 150mg/ml,	AM	5.750	11.500
63.01.05.00707-7	CLORETO DE SÓDIO, 20%, injetável,	AM	4.500	9.000
63.02.05.01254-0	CLORPROMAZINA, 25mg, injetável,	AM	1.250	2.500
63.01.05.00714-1	DESLANÓSIDO, 0,4mg, injetável, (0,2mg/ml),	AM	750	1.500
63.01.05.00731-1	DIMETICONA, 75mg/ml, gotas,	FR	2.250	4.500
63.01.05.42666-0	DOBUTAMINA, 12,5mg/ml, solução injetável	AM	300	600
63.02.05.01269-6	FENITOÍNA, 50mg/ml, injetável	AM	1.250	2.500
63.01.05.00744-8	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + DIBÁSICO, ENEMA,	FR	3.500	7.000
63.02.05.01481-0	MORFINA, SULFATO, 10 mg, injetável,	AM	5.000	10.000
63.01.05.10145-9	NIFEDIPINA, 10mg.	CS	3.000	6.000
63.07.05.02252-6	VITAMINA, b1 + associação de vitaminas, injetável,	AM	5.500	11.000
63.01.05.00704-6	CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, injetável,	AM	2.500	5.000
63.01.05.13692-1	SOLUÇÃO DE MANITOL, 20%, 250ml, sistema fechado,	UN	200	400
63.01.05.57723-1	CIPROFLOXACINO, 200 mg, injetável,	UN	1.500	3.000
63.02.05.01260-3	DIAZEPAM, 10mg, injetável,	AM	5.500	11.000
63.01.05.00737-3	DOPAMINA, 5 mg/ml, injetável,	AM	500	1.000
63.01.05.00749-6	GENTAMICINA, sulfato, 40mg/ml, solução injetável,	AM	500	1.000
63.01.05.00753-0	GLICONATO DE CÁLCIO, 10%, injetável,	AM	1.250	2.500
63.01.05.00752-6	GLICOSE, 50%, injetável, ampola,	AM	16.000	32.000
63.02.05.01289-7	HALOPERIDOL, 5mg/ml, injetável, ampola	AM	7.500	15.000
63.01.05.00890-8	ISOSSORBIDA, 5mg, comprimido sublingual,	CP	7.500	15.000
63.01.05.08764-1	IVERMECTINA, 6mg, comprimido,	CP	30.000	60.000
63.01.05.32297-0	LEVODOPA + CARBIDOPA, 250mg+25mg,	CP	60.000	120.000
63.01.05.42505-7	LIDOCAÍNA, 2%, com vasoconstrictor, solução injetável,	FA	25	50
63.02.05.42513-1	MIDAZOLAM, 5mg/ml, solução injetável,	AM	3.000	6.000
63.01.05.19096-4	NITROGLICERINA, 5mg/ml, injetável,	AM	650	1.300
63.01.05.19097-8	OMEPRAZOL, 40mg, injetável,	FA	5.000	10.000
63.01.05.75176-0	POLIMIXINA B (SULFATO) + NEOMICINA (SULFATO) + fluocinolona acetonida + lidocaína (cloridrato),	FR	3.000	6.000

63.01.05.00943-9	PREDNISONA, 5mg, comprimido,	CP	450.000	900.000
63.07.05.70967-9	SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, injetável, ampola	AM	2.000	4.000
63.01.05.04570-1	TIMOLOL, 0,5%, colírio,	FR	3.000	6.000
63.01.05.65326-6	ESTRIOL, 1mg/g, creme vaginal,	BI	3.000	6.000
63.01.05.00990-5	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM, 40 mg/ml + 8mg/ml, suspensão,	FR	7.500	15.000
63.01.05.00993-6	TERBUTALINA, SULFATO, 0,5mg, injetável,	AM	5.000	10.000
63.01.05.19093-3	AMPICILINA, 1g, injetável,	FA	250	500
63.01.05.00929-0	BENZILPENICILINA, cristalina, 5.000.000 u.i,	FA	200	400
63.02.05.39852-4	CLORIDRATO DE BIPERIDENO,	CP	150.000	300.000
63.01.05.39879-4	CAPTOPRIL, 25mg, comprimido,	CP	30.000	60.000
63.01.05.05074-9	LACTULOSE, 667mg/ml, xarope,	FR	1.250	2.500
63.01.05.00900-6	METILPREDNISOLONA, 500 mg, solução injetável	FA	2.250	4.500
63.01.05.16530-9	MICONAZOL, 2%, creme dermatológico,	BI	12.000	24.000
63.02.05.42701-3	NALOXONA, 0,4mg/ml, solução injetável,	AM	250	500
63.01.05.00947-3	PROMETAZINA, 50mg, injetável,	AM	12.500	25.000
63.01.05.39942-0	PROPRANOLOL, 40mg, comprimido,	CP	400.000	800.000
63.01.05.07584-9	SOLUÇÃO GLICOSADA, 5%, 250ml, sistema fechado,	UN	6.000	12.000
63.01.05.07585-0	SOLUÇÃO GLICOSADA, 5%, 500ml, sistema fechado,	UN	2.500	5.000
63.07.05.39956-8	VITAMINA, b1, 300mg, comprimido	CP	175.000	350.000

1.2. Somente poderão participar da presente Licitação, microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.479.591,02 (um milhão e quatrocentos e setenta e nove mil e quinhentos e noventa e um reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela cima.

1.4. Os licitantes não poderão oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento convocatório.

1.5. Tendo em vista que bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o presente objeto se enquadra como bem comum.

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

1.8. Não serão aceitas propostas cujos valores estejam acima do preço fábrica do medicamento ofertado, conforme Resolução CMED nº 3/2009 e Orientação Interpretativa nº 02/2006 – CMED.

1.9. Para elaboração das propostas as licitantes deverão verificar as especificações completas e as unidades de compra dos itens, bem como a ordem dos lotes/itens, conforme informado no ANEXO A – Descritivos dos Produtos.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente demanda, no Sistema de Registro de Preços, almeja maior economicidade e celeridade, se faz pertinente frente à se faz pertinente frente à necessidade de aquisição de medicamentos padronizados para dispensação aos usuários do Sistema Único de Saúde e/ou para utilização nas Unidades Municipais de Saúde - UMS, Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Centros de Especialidades Médicas e Odontológicas, Centros de Atendimento Psicossociais – CAPS desta Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba/PR, para tratamento de saúde, de forma parcelada, pelo período de 01 (um) ano.

2.1.1 Os itens desta licitação são padronizados nas unidades desta Secretaria, sendo que os quantitativos a serem licitados foram definidos com base no consumo médio mensal de cada item. Os medicamentos licitados são insumos essenciais aos tratamentos necessários dos usuários do Sistema Único de Saúde.

2.2. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se também pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, qual é documento integrante da instrução processual.

2.3. O objeto da contratação **está** previsto no Plano de contratação Anual - PCA.

### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. O objeto do presente Termo de Referência prevê a solução para o problema de fornecimento gratuito de medicamentos para o tratamento de doenças/patologias para os quais foram prescritos (receitados) pelos profissionais das Unidades Municipais de Saúde e medicamentos para utilização no momento da consulta do usuário. Estes medicamentos serão usados de forma regular, sendo conveniente a aquisição em parcelas durante o ano, quando possível, adequando à necessidade desta Secretaria Municipal da Saúde, racionalizando o espaço físico, e leva em consideração o ciclo de vida do objeto, proporcionando maior vantajosidade para a Administração, tendo em vista manter os itens com prazo de validade seguro para evitar perdas.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. As especificações técnicas e condições para cotação dos itens a ser adquiridos neste processo licitatório estão descritas nos Anexos A e B deste Termo de Referência.

**3.4. Dúvidas referente as especificações técnicas (descritivos dos produtos) e condições para cotação dos itens a ser adquiridos neste processo licitatório, entrar em contato com o Sr. Mauricio Portella na Coordenação de Recursos Materiais da Secretaria Municipal da Saúde, fone: (41) 3350-9459.**

### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Entrega do Objeto:**

4.1.1. A entrega dos produtos deverá ser efetuada **no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, sito a Rua João Bettega, nº 3350 – Bairro Cidade Industrial – Curitiba – Paraná (CEP 81.350-000), no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas de 2ª (Segunda-feira) à 6ª (Sexta-feira), a/c Sr.(a) Elisangela Gerber – fone (41) 3314-5084, de acordo com as quantidades solicitadas pela Coordenação de Recursos Materiais, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens, presentes às Notas Fiscais correspondentes.**

4.1.1.1. Os medicamentos serão recebidos pelos encarregados do setor de recebimento e distribuição do Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, sob supervisão da farmacêutica responsável, Srª Elisangela Gerber, matrícula 176281, CRF-PR nº 23735/PR, membro integrante da Comissão de Recebimentos de Bens, conforme Decreto nº 49/2007 que tem a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir as especificações, quantidade, número do lote, validade, nome comercial, denominação genérica da substância ativa e respectiva concentração por unidade posológica, condições de temperatura, se for o caso, e adequações dos produtos entregues, conforme art. 140, inciso II, letras "a" e "b", e ainda, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão.

4.1.2. A entrega dos produtos **deverá ser efetuada em até 15 (quinze) dias corridos** a partir da liberação da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento no site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) no link "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento". Considerar-se-á em mora no dia seguinte ao vencimento deste prazo.

4.1.3. A CONTRATADA será responsável pela entrega, transporte, com fornecimento de todos os recursos necessários para a perfeita execução do contrato, assim como será responsável pela limpeza dos locais utilizados e a correta destinação dos materiais descartados (embalagens, caixas, plásticos, entre outros), não acarretando custos ao CONTRATANTE.

#### **4.2. Recebimento do Objeto:**

4.2.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável, de forma sumária, junto com a nota fiscal, para acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/ substituído no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação formal pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus, obrigações ou despesas para a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota pelo CONTRATANTE, após a correta verificação que o bem fornecido atende as exigências contratuais.

4.2.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento ao cumprimento das exigências contratuais.

4.2.4. No caso de controvérsia sobre o objeto fornecido, quanto à especificação, dimensão, qualidade, quantidade e quaisquer outros atributos pertinentes, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.2.5. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pelo CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

#### **4.3. Condições de Manutenção e Assistência Técnica:**

4.3.1. Na presente licitação não será exigida Manutenção e Assistência Técnica do bem.

#### **4.4. Sustentabilidade:**

4.4.1. Será exigido cumprimento da reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, ou seja, o licitante deverá apresentar uma declaração de que cumpre com estas normativas, conforme modelo sugerido no Anexo E.

4.4.2. Será exigido o cumprimento dos critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, dentre outras, respeitada a legislação vigente. A Licitante deverá declarar ciência e cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº. 1346/2023, conforme modelo sugerido no Anexo F.

4.4.3. O objeto contratado deve ser constituído preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e ou biodegradável.

4.4.4. O objeto contratado deverá ser acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, preferencialmente que utilize materiais recicláveis.

4.4.5. Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao CONTRATANTE, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

4.5. A licitante deverá aplicar as deduções do ICMS desonerado autorizadas pelo Convênio CONFAZ 87/2002, no valor proposto, dos itens deste processo que se enquadrem nesta condição. Para tanto, deverá apresentar DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO, exigida no item 2.D. do Anexo C do Termo de Referência, "Documentos exigidos para classificação da proposta/itens" de acordo com o modelo que consta no Anexo h do Termo de Referência.

4.5.1. Esta Declaração só deverá ser apresentada pela licitante que cotar item(ns) quer se enquadre(m) nesta condição de dedução de ICMS desonerado em consonância com o Convênio CONFAZ nº 87/2002.

4.5.2. Aos licitantes optantes do "Simples Nacional" ou incidentes em outro regime tributário, que não permita a aplicação da desoneração exposta acima, será exigida Autodeclaração de Não Aplicação da Desoneração do Convênio CONFAZ nº 87/2002, conforme modelo que consta no Anexo I do Termo de Referência.

## **5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Modelo de execução: Deverão ser observadas as condições previstas no Anexo B deste Termo de Referência.

**5.1.1.** Deverá ser observado o cumprimento da logística reversa conforme legislação vigente.

5.2. O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos partir da liberação da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento no site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) no link "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento", sob pena de sanção em caso de descumprimento.

5.2.1. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que impossibilitem o atendimento ao prazo acima determinado, com a devida comprovação do alegado, passível de aceite pelo CONTRATANTE ou mesmo de aplicação de penalidades, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.3. Todos os produtos deverão ser novos e indicar em sua embalagem dados do produto, data de fabricação, validade, lote, fabricante, condições corretas de armazenamento, empilhamento do objeto contratado e identificação se considerado frágil, atendendo ao Artigo 31 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.4. O transporte do objeto contratado deve ser feito de acordo com o exigido para cada tipo de produto, devidamente protegidos de impactos, sujeiras e umidade.

5.5. O descarregamento do objeto contratado deverá ser realizado com equipamentos adequados e pessoal devidamente instruído, e em local indicado pela CONTRATADA.

5.6. O CONTRATANTE poderá exigir ensaios de conformidade por parte da empresa adjudicatária, para verificação dos seguintes itens:

- a) Verificação das informações obrigatórias;
- b) Contagem das unidades;
- c) Ensaio de determinação da massa do objeto;
- d) Ensaio da determinação da resistência do objeto.

5.6.1. Os custos diretos e indiretos dos ensaios serão de ônus da empresa adjudicatária, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ressarcimento ou compensação independente do resultado da homologação do processo licitatório.

## **6 – AMOSTRAS, LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS**

6.1. Nesta licitação não serão exigidas amostras para fins de atesto de qualidade dos produtos que venham a ser fornecidos.

## **7 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nº 700/2023 e nº 2.193/2023, serão designados agentes públicos para acompanhar e fiscalizar a entrega e execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

7.3. Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação oriunda deste Pregão, os respectivos servidores: Gestor Sr. Mauricio Portella – matrícula n.º 40.055 e Suplente Sra. Iris de Freitas Farias Lobo – matrícula n.º 145.785 para o exercício das atribuições constantes nos Decretos Municipais nº 700/2023, nº 2.193/2023 e demais legislações pertinentes, bem como aquelas que vierem a substituir.

7.4. Para este Pregão eletrônico não foi indicado fiscal, pois se trata de aquisição de bens de baixa complexidade técnica conforme previsto no § 4º do Art. 134 do Decreto nº 700/2023.

## **8 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e documentos complementares.
- 8.2. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 8.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 8.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, qual não seja objeto de controvérsia, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, observados os termos do Capítulo X do Título III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.6. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, respeitada a legislação pertinente.
- 8.7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, preferencialmente, através de endereço eletrônico oficial constante em seu cadastro.

## **9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, assumindo todos os riscos e as despesas decorrentes e necessários para a plena execução do objeto contratado.
- 9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. (conforme o caso)
- 9.3. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a disputa.
  - 9.3.1. Manter, impreterivelmente, atualizados os dados de telefone comercial, e-mail e endereço sede, para fins de contatos e notificações.
- 9.4. Assumir exclusiva e integralmente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, incluindo as que dizem respeito às normas de segurança de trabalho previstas em legislações específicas e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratado.
- 9.5. Indicar formalmente preposto com poderes de representação suficientes para prestar soluções a quaisquer assuntos relacionados à execução do contrato ou qualquer ajuste cabível.
  - 9.5.1. O preposto indicado pela CONTRATADA deverá estar capacitado para gerenciar de forma eficaz e preordenada os recursos humanos e os materiais disponíveis para a execução do objeto.
- 9.6. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da ciência, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto contratado.
- 9.7. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, quaisquer elementos necessários à avaliação do objeto.
- 9.8. Assumir integral responsabilidade por quaisquer ações, custos, despesas ou encargos decorrentes da execução ou inexecução do objeto, bem como por despesas laboratoriais para atestados, documentos, licenças, transporte ou reposição do produto.
- 9.9. Responder, exclusivamente, por quaisquer compromissos assumidos por si perante terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por quaisquer danos a terceiros em decorrência de atos causados por seus empregados, prepostos ou subordinados, ficando ao CONTRATANTE assegurado o direito de regresso, se lhe for imputada eventual condenação.

9.10. Substituir, imediatamente, o objeto em que for detectado pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mesmo ultrapassado o período de garantia, vícios de qualidade ou incompatibilidades entre o objeto fornecido e as especificações solicitadas no Termo de Referência e anexos.

9.11. Atender as determinações emitidas pelo servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

9.12. Executar a entrega do objeto e demais serviços pertinentes, com profissionais qualificados, instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

9.13. Tomar providências, imediatamente, para o cumprimento das exigências feitas pela CONTRATANTE, no âmbito da execução do objeto.

9.13.1. A não regularização em conformidade ao imposto pela CONTRATANTE, observado o contraditório e a ampla defesa, poderá ocasionar em penalidades descritas no Edital e seus anexos.

9.14. Quando compatível ao fornecimento do objeto, deverá instruir os seus empregados através de treinamento que aborde os seus deveres e obrigações no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.

9.15. Observar todas as condições de higiene e segurança do trabalho necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Município de Curitiba e de outrem.

9.16. Fornecer a todos os empregados os adequados Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme NR-06, considerando sua versão atualizada ou substituições, e todos os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC compatíveis ao risco.

9.16.1. Os Equipamentos de Proteção Individual fornecidos aos empregados deverão, obrigatoriamente, conter a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho (CA), e a identificação da CONTRATADA.

9.16.2. O presente disposto guardará relação restrita e exclusivamente vinculado ao objeto licitado, de modo que o fornecimento do objeto não exponha o empregado a fatores de risco sem atenuação.

9.17. Orientar e supervisionar seus empregados sobre o uso obrigatório e correto dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e os de Proteção Coletiva – EPC, que sejam compatíveis com as suas atividades.

## **10 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1. Após a entrega do objeto, em conformidade com a Portaria nº 23/2021 da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento - SMF, a CONTRATADA deverá formalizar o pedido de pagamento via Sistema PROCEC PAGAMENTOS, através do endereço: <https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br/Home/Pagamentos> .

10.1.1. No referido link, consta aba denominada "Tutorial de Uso" dispondo de instruções atualizadas quanto à forma de uso do sistema.

10.2. O PROCEC PAGAMENTOS permite que fornecedores solicitem pela internet os pagamentos referente ao objeto entregue, conforme consta publicado no Guia de Serviços: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/procec-pagamentos/777> .

10.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após o aceite dos itens e contados da aprovação da Nota Fiscal, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/21 e Resolução nº 02/2023 – SMF.

10.3.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Após a entrega do objeto, a Nota Fiscal anexada ao PROCEC será encaminhada ao gestor do contrato para que siga ao setor competente.

10.4.1. A Nota Fiscal deverá ter como destinatário **o Fundo Municipal da Saúde, CNPJ nº 13.792.329/0001-84, salvo orientação oficial em contrário.**

10.4.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie os ajustes necessários. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

10.4.4. No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá ser informado o número da Nota de Empenho correspondente, da Autorização de Fornecimento ou do Contrato, se for o caso.

10.4.5. A Nota Fiscal deverá ser apresentada em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº 3330/2008, relativo à apresentação de nota fiscal eletrônica.

10.4.5.1. Em cumprimento a Recomendação Administrativa nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, os fornecedores de medicamentos deverão obrigatoriamente preencher os campos do código GTIN, I80 e K das Notas Fiscais Eletrônicas correspondentes. Em caso de dúvidas acessar: [www.mpc.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-administrativa-01-2019.pdf](http://www.mpc.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-administrativa-01-2019.pdf).

10.4.6. Na Nota Fiscal deverão ser indicados o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente, onde será creditado o valor.

10.5. Será aplicada compensação financeira, quando houver atraso de pagamento dos valores devidos por culpa exclusiva do CONTRATANTE, observada a apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao atraso.

10.5.1. O pagamento da compensação financeira estabelecida no item anterior ocorrerá conforme previsto no Art. 128 do Decreto 700/2023 e dependerá de decisão motivada da autoridade competente, condicionada à apresentação de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e à cada pagamento, o CONTRATANTE deverá realizar consulta ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba para identificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.6.1. A verificação de eventual irregularidade da CONTRATADA não ensejará a retenção do pagamento, devendo a Administração, após realizá-lo, conceder prazo de até 30 dias corridos, prorrogável por duas vezes, totalizando o prazo máximo de 90 dias, para a respectiva anexação da documentação que comprove a regularidade e, ao final, na hipótese de não regularização, tomar as medidas necessárias ao processo administrativo destinado à rescisão do ajuste.

10.6.1.1. Para as prorrogações previstas no item 10.6.1. a autoridade competente decidirá motivadamente em processo administrativo, mediante solicitação e justificativa da CONTRATADA.

10.6.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6.3. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

10.6.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão mantidos, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação cadastral, estará sujeita às sanções e penalidades previstas no item 21 do presente Termo de Referência.

10.7. Poderá ser rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

10.8. Serão realizadas eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, respeitada a legislação pertinente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006.

10.9. Depositado o valor correspondente ao pagamento, a CONTRATADA não poderá mais reclamar quaisquer diferenças, dando plena, geral e irrevogável quitação dos valores recebidos.

## **11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

11.2. O critério do Pregão Eletrônico será pelo MENOR PREÇO por ITEM, com modo de disputa ABERTO.

11.2.1. O critério de julgamento será por ITEM de modo a proporcionar maior amplitude de fornecedores interessados, ocasionando em maior concorrência.

### **11.3. Julgamento da Habilitação:**

11.3.1. Para a habilitação, serão observadas as disposições constantes no Capítulo VI do Título II da Lei Federal n.º 14.133/2021, as condições previstas neste edital e as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 388/2023 e no Decreto Municipal nº 804/2023.

11.3.2. Serão analisados os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, social e trabalhista.

11.3.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, social e trabalhista será substituída pelo registro cadastral no Município de Curitiba.

### **11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

11.3.3.1. Será exigida a comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme Art. 3º do Decreto nº 804/2023.

### **11.3.4. Qualificação Técnica:**

11.3.4.1. Os documentos para a comprovação da qualificação técnica dos itens a ser adquiridos neste processo licitatório estão descritas no Anexo C deste Termo de Referência.

### **11.3.5. Visita Técnica:**

11.3.5.1. Na presente licitação não será exigida VISITA TÉCNICA.

### **11.5. Subcontratação:**

11.5.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

### **11.6. Participação em consórcio:**

11.6.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

11.7. Para dar atendimento ao prescrito art. 18, inciso III, alínea i, do Dec. Municipal 700/2023, a forma e critérios de seleção do fornecedor, dar-se-ão por meio de habilitação técnica e econômica financeira.

## **12 – DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA LICITAÇÃO**

12.1. O orçamento da presente licitação não será sigiloso.

## **13 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O custo estimado total da contratação é de 1.479.591,02 (um milhão e quatrocentos e setenta e nove mil e quinhentos e noventa e um reais e dois centavos), conforme valores apostos na (tabela disposta no item 1).

13.2. Os valores estimados dos itens foram elaborados conforme previsto na legislação municipal vigente.

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS				PESQUISA MERCADOLÓGICA			ORÇAO GERADOR DA AL EM			VALORES AL					
CÓD BGR	DESCRIÇÃO ITENS	CMM	QTD	UN	Compras públicas			PAUTA		VALOR DE COMPRA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	Desvio Pauta	Coeficiente de variação (deve ser menor que 25%)	Observação
					1	2	3	DATA PREGÃO	PROJEÇÃO MP						
63.01.05.15017-9	1 ACETILCISTEÍNA, 100mg/ml, solução injetável	907	15 500	AM	4,2000	3,6700	3,3700	24/10/24	DT 131/2024	3,7000	3,7407	R\$ 58.200.9000	0,4203	11,22%	valor da média
63.01.05.14691-4	2 ALBENDAZOL, 400mg, comprimido mastigável	8 075	125 000	CP	0,4700	0,3900	0,3700	25/11/24	DT 140/2024	0,3900	0,4100	R\$ 51.260.0000	0,0529	12,81%	valor da média
63.01.05.51521-7	3 ALBENDAZOL, 40mg/ml, suspensão oral	2 875	45 000	FR	1,2000	1,0394	0,9900	24/10/24	DT 132/2024	0,9800	1,0765	R\$ 48.442.8000	0,1098	10,20%	valor da média
63.01.05.39850-0	4 ALLENBORNIATO SÓCIO, 70mg, comprimido	13 073	200 000	CP	0,2121	0,2100	0,1966	10/12/24	DT 155/2024	0,2300	0,2062	R\$ 41.240.0000	0,0084	4,08%	valor da média
63.01.05.57161-0	5 BENZILPENICILINA, procaína, 600.000 u.i., injetável	222	3 500	FA	7,5000	5,9200	5,3200	22/6/23	DT 202/23	5,3900	6,2467	R\$ 21.863.4500	1,1261	18,03%	valor da média
63.01.05.03012-0	6 CLINDAMICINA, sulfato, 600mg, injetável, 150mg/ml	740	11 500	AM	2,9000	2,6200	2,7900	10/12/24	DT 158/2024	2,9600	2,8367	R\$ 32.622.0000	0,0569	2,00%	valor da média
63.01.05.00707-7	7 CLORETO DE POTÁSSIO, 20%, injetável	563	9 000	AM	0,4600	0,4100	0,3900	28/8/24	DT 93/2024	0,4300	0,4200	R\$ 3.780.0000	0,0361	8,58%	valor da média
63.01.05.01254-8	8 CLOPRIDAZOL, 25mg, injetável	150	2 500	AM	2,0100	2,0100	1,9300	24/10/24	DT 131/2024	1,9200	1,9833	R\$ 4.968.2500	0,0463	2,33%	valor da média
63.01.05.00714-1	9 DESLANSÍDIO, 0,4mg, injetável, (0,2mg/ml)	80	1 500	AM	2,0500	2,0200	1,9900	30/9/24	DT 112/2024	1,9200	2,0200	R\$ 3.030.0000	0,0300	1,49%	valor da média
63.01.05.00731-1	10 DIMETILONA, 75mg/ml, grta.	261	4 500	FR	1,9000	1,4500	1,2400	26/11/24	DT 141/2024	1,2900	1,5300	R\$ 8.888.0000	0,3372	22,04%	valor da média
63.01.05.42666-0	11 DOBUTAMINA, 12,5mg/ml, solução injetável	39	600	AM	5,4900	5,3750	5,2800	22/6/23	DT 207/23	0,2620	5,3817	R\$ 3.229.0200	0,1052	1,95%	valor da média
63.01.05.01269-4	12 FENTONIA, 50mg/ml, injetável, ampola com Sml.	144	2 500	AM	2,2100	1,9600	1,8300	26/9/23	DT 93/2023	2,0000	1,9933	R\$ 4.983.2500	0,2021	10,14%	valor da média
63.01.05.00784-0	13 FOSFATO DE SÓCIO MONOBÁSICO + DIBÁSICO, INEMA,	448	7 000	FR	6,3700	5,6700	5,3500	25/9/23	64/2023	5,4000	5,7967	R\$ 40.576.0000	0,5217	9,00%	valor da média
63.01.05.01481-0	14 MORFINA, sulfato, 10 mg, injetável	679	10 500	AM	2,7000	2,7000	2,4600	25/11/24	DT 139/2024	2,7000	2,6200	R\$ 28.200.0000	0,1386	5,29%	valor da média
63.01.05.10145-9	15 NIFEDIPINA, 30mg	406	6 000	CS	0,2600	0,2500	0,2600	10/10/24	DT 124/2024	0,1250	0,2233	R\$ 1.338.8000	0,0551	24,66%	valor da média
63.01.05.02512-4	16 VITAMINA, B1 + associação de vitaminas, injetável	736	11 500	AM	6,0800	5,3300	4,2730	3/10/24	DT 120/2024	5,4100	5,2940	R\$ 58.234.0000	0,0268	17,51%	valor da média
63.01.05.00704-6	17 CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, injetável	323	5 000	AM	0,6400	0,4800	0,4200	26/11/25	DT 04/2025	0,6280	0,5133	R\$ 2.986.8000	0,1137	22,16%	valor da média
63.01.05.11691-1	18 SOLUÇÃO DE MANTIDOL, 20%, 250ml, sistema fechado	25	400	UN	8,3000	7,4500	6,9500	27/11/24	DT 144/2024	11,9600	5,7667	R\$ 3.028.8800	0,6825	8,02%	valor da média
63.01.05.57721-1	19 CIPROFLOXACINO, 200 mg, injetável	196	3 000	UN	10,4000	8,5100	7,0300	1/12/23	99/2023	9,9000	8,4467	R\$ 25.840.1000	1,6892	18,54%	valor da média
63.01.05.01260-3	20 DIAZEPAM, 10mg, injetável	686	11 500	AM	0,9600	0,8600	0,7800	26/9/23	67/2023	0,8900	0,8667	R\$ 9.833.7000	0,0002	10,41%	valor da média
63.01.05.00717-1	21 DOFAMINA, 5 mg/ml, injetável	63	1 000	AM	3,0750	3,0000	2,9200	21/9/22	154/2022	2,9000	3,0017	R\$ 3.001.7000	0,0725	2,42%	valor da média
63.01.05.00748-6	22 GENTAMICINA, sulfato, 40mg/ml, solução injetável	80	1 000	AM	1,0120	1,0000	0,9500	26/9/23	67/2023	1,1800	0,9873	R\$ 987.3000	0,0529	3,33%	valor da média
63.01.05.00750-0	23 GLICONATO DE CÁLCIO, 10mg, injetável	141	2 500	AM	2,9000	1,9400	1,7920	25/9/23	64/2023	1,7600	2,0973	R\$ 5.243.2500	0,4075	18,43%	valor da média
63.01.05.00752-6	24 GLUCOSE, 50%, injetável, ampola	2 083	32 000	AM	0,5600	0,5111	0,4900	25/9/23	64/2023	0,4600	0,5204	R\$ 16.662.8000	0,0359	8,90%	valor da média
63.01.05.01289-7	25 HALOPERIDOL, 5mg/ml, injetável, ampola	908	15 000	AM	2,3200	1,7100	1,6600	26/9/23	67/2023	2,5967	1,9967	R\$ 28.460.0000	0,3675	18,37%	valor da média
63.01.05.00808-8	26 HOSBORNIDA, 5mg, comprimido sublingual	940	15 000	CP	0,3300	0,3200	0,3200	25/9/23	64/2023	0,3157	0,3233	R\$ 4.849.8000	0,0058	1,97%	valor da média
63.01.05.00764-1	27 HYDROXIZINA, 5mg, comprimido	3 949	60 000	CP	0,2470	0,2400	0,2240	1/12/23	99/2023	0,4500	0,2370	R\$ 14.220.0000	0,0118	4,97%	valor da média
63.01.05.32297-0	28 LEVODOPA + CARBIDOPA, 250mg+25mg	7 854	120 000	CP	0,6130	0,4900	0,4700	31/7/23	46/2023	0,5900	0,5243	R\$ 62.918.0000	0,0774	14,77%	valor da média
63.01.05.82506-7	29 LIDOCAÍNA, 2%, com vasoconstritor, solução injetável	0	50	FA	8,0700	6,5300	5,4300	25/9/23	64/2023	7,0000	6,6833	R\$ 334.1850	1,3250	78,83%	valor da média
63.01.05.42511-1	30 MIDAZOLAM, 5mg/ml, solução injetável amp com 10	367	6 000	AM	3,0400	2,7000	2,6800	1/12/23	99/2023	3,0767	2,8067	R\$ 18.845.2000	0,2023	7,21%	valor da média
63.01.05.19096-4	31 METROGLICERINA, 5mg/ml, injetável	81	1 300	AM	38,6960	35,4300	33,9200	8/12/24	DT 152/2024	34,0000	36,3420	R\$ 47.244.6000	2,9987	8,25%	valor da média
63.01.05.19097-8	32 OMEPRAZOL, 40mg, injetável, embalado em frasco-ampola	696	10 000	FA	8,1500	7,7600	7,5700	30/10/23	78/2023	6,6000	7,8267	R\$ 78.287.0000	0,2957	3,78%	valor da média
63.01.05.75176-0	33 NOLIMEXINA B (SULFATO) + NEOMICINA (SULFATO) + Fusididona acetato + Tobacina (tetraciclato)	392	6 000	FR	5,6600	5,4700	4,7000	25/9/23	64/2023	5,6800	5,2767	R\$ 31.682.2000	0,3084	8,83%	valor da média
63.01.05.00943-9	34 PREDNISONA, 5mg, comprimido	54 691	900 000	CP	0,0600	0,0600	0,0590	26/9/23	67/2023	0,0600	0,0597	R\$ 53.738.0000	0,0006	0,07%	valor da média
63.01.05.70967-9	35 SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, injetável, ampola	243	4 000	AM	0,9600	0,9120	0,8300	1/12/23	99/2023	1,3800	0,9007	R\$ 3.602.8000	0,0657	7,30%	valor da média
63.01.05.04579-1	36 TOLMOLOL, 0,5%, colírio	392	6 000	FR	3,0000	2,9900	2,2500	10/12/24	DT 155/2024	2,1000	2,5467	R\$ 18.280.2000	0,3988	16,66%	valor da média
63.01.05.65326-6	37 ESTRON, 2mg/g, creme vaginal	373	6 000	BT	11,9900	10,5000	9,8700	14/6/24	16/2024	12,7267	10,7867	R\$ 64.702.2000	1,0887	10,09%	valor da média
63.01.05.00950-5	38 SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM, 40 mg/ml + 8mg/ml	1 028	15 000	FR	3,1999	3,1000	2,9800	14/8/24	16/2024	4,9900	3,0920	R\$ 46.380.0000	0,1082	3,90%	valor da média
63.01.05.00951-6	39 TERBUTALINA, sulfato, 0,5mg, injetável	616	10 000	AM	1,3800	1,3200	1,3100	14/8/24	16/2024	1,8133	1,3267	R\$ 13.367.0000	0,0379	2,83%	valor da média
63.01.05.19093-3	40 AMPICILINA, 1g, injetável, embalado em frasco-ampol	31	500	FA	4,7700	4,2200	4,0400	17/7/24	DT 75/2024	4,7530	4,3433	R\$ 2.171.6500	0,3803	8,76%	valor da média
63.01.05.00929-0	41 BENZILPENICILINA, cristalina, 5.000.000 u.i.	25	400	FA	10,6833	10,2500	10,1174	9/6/22	PE 52/2022	8,1160	10,3495	R\$ 4.138.8000	0,2947	2,85%	valor da média
63.01.05.39851-4	42 CLODRATO DE BIFENIDENO, 2mg, comprimido	24 897	300 000	CP	0,2700	0,2600	0,2590	28/6/24	DT 63/2024	0,2660	0,2630	R\$ 78.900.0000	0,0061	2,31%	valor da média
63.01.05.39879-4	43 CAPTOPRIL, 25mg, comprimido	3 973	60 000	CP	0,0400	0,0340	0,0338	7/10/24	DT 121/2024	0,0336	0,0359	R\$ 2.184.0000	0,0035	8,80%	valor da média
63.01.05.05074-9	44 LACTULOSE, 667mg/ml, xarope	106	2 500	FR	14,9500	11,6300	9,4200	5/2/25	DT 07/2025	11,9000	11,9967	R\$ 29.991.7500	-2,7881	23,24%	valor da média
63.01.05.00900-6	45 METILPREDNISOLONA, 500-mg, solução injetável	303	4 500	FA	17,2500	17,1000	15,6300	30/1/25	DT 04/2025	16,7120	16,6600	R\$ 74.970.0000	0,8952	5,37%	valor da média
63.01.05.14530-9	46 MICONAZOL, 2%, creme dermatológico	1 650	34 000	BT	3,4385	3,2500	2,6500	28/1/24	DT 06/2025	2,4400	3,1128	R\$ 74.787.2000	0,4118	13,23%	valor da média
63.01.05.42701-9	47 NALOXONA, 0,8mg/ml, solução injetável	29	500	AM	6,3000	5,9400	5,8824	20/12/24	DT 04/2025	8,9000	6,0468	R\$ 3.020.4000	0,2263	3,75%	valor da média
63.01.05.00947-3	48 PROMETAZINA, 50mg, injetável	1 588	25 000	AM	3,4200	3,0000	2,4900	25/11/24	DT 139/2024	2,9000	2,9700	R\$ 74.260.0000	0,4657	15,88%	valor da média
63.01.05.39941-0	49 PROPRAFENOLOL, 40mg, comprimido	48 850	800 000	CP	0,0370	0,0330	0,0300	28/8/24	DT 62/2024	0,0320	0,0333	R\$ 26.840.0000	0,0035	10,54%	valor da média
63.01.05.07588-9	50 SOLUÇÃO GLUCOSADA, 5%, 250ml, sistema fechado	706	12 000	UN	4,9500	4,3688	3,7500	8/8/24	DT 83/2024	3,7500	4,2563	R\$ 52.576.6000	0,6001	13,78%	valor da média
63.01.05.07385-0	51 SOLUÇÃO GLUCOSADA, 5%, 500ml, sistema fechado	265	5 000	UN	6,2500	5,4000	5,1900	24/7/23	DT 82/2023	7,2600	5,6133	R\$ 28.988.0000	0,5613	10,00%	valor da média
63.01.05.39954-8	52 VITAMINA, B1, 300mg, comprimido	23 479	350 000	CP	0,2300	0,2100	0,2000	26/7/24	DT 79/2024	0,3080	0,2133	R\$ 74.688.0000	0,0153	7,16%	valor da média

Valor AL

R\$ 1.479.991.0190

## 14 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) informada(s) na Autorização para Licitar que consta neste procedimento licitatório.

14.2. Para o exercício seguinte, novas dotações deverão ser informadas tomando-se por base o PPA 2022/2025 e a LOA do ano correspondente.

## 15 – GARANTIA DA PROPOSTA

15.1. Não será exigida garantia de proposta para a presente licitação.

## 16 – GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Tendo em vista a especificidade do objeto e sua forma de execução, não haverá exigência de nenhuma das garantias da

17.1.1. CÓPIA DA LICENÇA SANITÁRIA (dentro de seu prazo de validade) da EMPRESA LICITANTE e do fabricante:

Acerca desse tema, o Decreto nº 8.077 de 2013, que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

É importante destacar que algumas mercadorias comercializadas, entre elas produtos para saúde, são materiais de interesse sanitário, conforme Lei nº 5.991/1973 e Lei nº 6.360/1976, e a fabricação, importação, exportação, distribuição e comércio são regulados por esse órgão que o exerce por cadastro das pessoas jurídicas emitindo alvarás de regularidade sanitária, ou seja, é esse o órgão federal responsável pelo processo de legalização das empresas, em relação à Vigilância Sanitária, para o exercício das atividades econômicas de interesse à saúde.

17.1.2. CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO da EMPRESA LICITANTE e fabricante e CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO da EMPRESA LICITANTE:

Compete à Anvisa, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos, anuir com a importação e exportação e conceder registro desses produtos (art. 7º, incisos VII a IX, da Lei 9.782/1999).

Este fato está em consonância com o apregoadado pela Lei nº 6.360/1976 que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos.

A Autorização de Funcionamento (AFE) é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao uso humano, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Já a Autorização Especial de Funcionamento (AE) é exigida para essas atividades ou qualquer outra, para qualquer fim, com substâncias sujeitas a controle especial ou com medicamentos que as contenham (arts. 27 e 30, § 5º, da RDC 16/2014). Deste modo, por meio da AFE, a Anvisa atesta que verificou e assegurou o cumprimento, pela empresa, de requisitos técnicos essenciais que garantem a qualidade dos serviços prestados.

A empresa que não tem a autorização de funcionamento do órgão sanitário competente comete infração sanitária.

17.1.3. CÓPIA DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE TÉCNICA da EMPRESA LICITANTE

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 67 da Lei 14.133/21), cujo conselho fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

17.1.4. CÓPIA do REGISTRO DO PRODUTO

O Ministério da Saúde, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, incumbe às empresas titulares de registro de medicamentos no Ministério da Saúde garantir a qualidade e zelar pela manutenção das características de composição, acondicionamento, embalagem e rotulagem dos seus produtos até a sua dispensação final ao consumidor, a fim de evitar riscos e efeitos adversos à saúde.

A Portaria nº 2814 de 29/05/1998/MS exige a apresentação do Registro do Produto.

17.1.5. DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO DO CONVENIO Nº CONFAZ 87/2002

Concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

17.1.6. DECLARAÇÃO DE NÃO APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO DO CONVENIO Nº CONFAZ 87/2002

Não concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

## 18.1. Matriz de Risco

Plano de Ação								
Fase do processo	Nº	Evento do Risco	Causas ou Fontes	Dano/Consequência	Grau de Risco	Impacto	Ações preventivas	Ações de Contingência
Planejamento	1	Estimativas de quantidades inadequadas dos itens	Falta de memória de cálculo ou levantamento inadequado	Falha na estimativa de necessidade (subdimensionamento da demanda). Possível dano ao Erário	Baixo	Alto	Estimar os quantitativos através consumo médio mensal que indique a real necessidade para ser contratado	Reavaliar de forma criteriosa os quantitativos.Registro de preços permite aquisições conforme demanda
Planejamento	2	Estimativas de valores estimados inadequados dos itens	Falta de memória de cálculo ou levantamento de mercado inadequado	Falha na escolha do valor estimado para aquisição cada item, com consequência de item deserto ou fracassado no certame (possível desabastecimento dos itens no Almoxarifado da SMS)	Baixo	Alto	Estimar os valores através de consulta a órgãos governamentais oficiais (Banco de Preços em Saúde, ComprasNet, Portal Nacional de Contratações Públicas), Atas de Registro de Preços de outros municípios/estados, fornecedores de medicamentos e preços retirados de sítios eletrônicos.	Reavaliar de forma criteriosa os valores estimados. Registro de preços permite aquisições conforme demanda
Planejamento	3	Atraso na conclusão da licitação	Não atendimento à demanda no prazo necessário	Não atendimento à demanda no prazo necessário (possível desabastecimento dos itens no Almoxarifado da SMS)	Alto	Alto	Iniciar a montagem do processo licitatório com prazo factível para sua conclusão, levando em consideração possíveis impugnações, republicações de Edital, recursos, questionamentos, entre outros	Acompanhar o trâmite processual, observando os prazos mínimos para cada atividade
Execução e fiscalização	4	Interrupção do serviço por insolvência ou abandono da contratada	Dimensionamento incorreto das condições de qualificação econômico-financeira e técnica do licitante	Não entrega de materiais pela contratada. Possível dano ao Erário	Alto	Alto	Qualificação econômico-financeira que ateste a saúde financeira da empresa	Instaurar processo de penalização visando a sanção do fornecedor infrator. Abertura de novo processo de compra para evitar o desabastecimento
Execução e fiscalização.	5	Atraso na entrega dos itens ou com inconformidades pelo fornecedor	Fiscalização ineficiente do serviço pela comissão de recebimento	Prejuízos às atividades das unidades e gestão dos estoques. Possível dano ao Erário	Alto	Alto	Avaliar material recebido em sua quantidade e qualidade. Manter eficiente a gestão de recebimento	Notificar o fornecedor sobre irregularidades ou insuficiência na prestação do serviço. Instaurar processo de penalização visando a sanção do fornecedor infrator. Abertura de novo processo de compra para evitar o desabastecimento
Execução e fiscalização	6	Aumento no consumo do item	Dependendo da demanda é possível que ocorra o aumento significativo do item devido à necessidade para atender uma determinada causa epidemiológica	Possível desabastecimento do item no Almoxarifado da SMS. Prejuízos às atividades das unidades e gestão dos estoques.	Médio	Alto	Acompanhar a variação do consumo regularmente conforme demanda.	Abertura de novo processo de compra para evitar o desabastecimento

## 19 – INFORMAÇÃO TÉCNICA DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

19.1. O objeto pretendido não se trata de obra ou serviço de engenharia.

## 20 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. As alterações poderão ser efetuadas desde que, devidamente justificadas, conforme previsto nos Artigos 112, 113, 124 a 126 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos Artigos 110, 124 a 126 Decreto Municipal nº 701/2023.

20.2. Os preços da proposta, os preços registrados e os preços contratados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - mediante solicitação da Contratada, dentro do prazo de vigência da contratação, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data dos orçamentos estimados, cuja data é 26/09/2024.

20.3. O índice de reajuste aplicado no reajustamento de preços é **Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo – IPCA/IBGE**, que será efetuado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.3.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço de eventual valor remanescente.

20.4. As alterações referentes ao reajustamento de preços deverão ocorrer com observância da periodicidade mínima de 12 (doze) meses a partir dos orçamentos estimados, nos termos da Instrução Normativa nº 03/2023 – SMF ou de normativa que vier a substituí-la.

## **21 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Na licitação:

21.1.1. As infrações e sanções relativas ao processo de licitação estão previstas no edital.

21.2. Na execução:

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 700/2023, a CONTRATADA que:

- a) ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato;
- c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- i) violar o sigilo das informações;
- j) violar a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

II - Sem prejuízo de possível rescisão contratual e reparação pelos prejuízos na esfera cível e penal, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- a) advertência na fase contratual,
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

III - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

IV - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

V - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI - A sanção de advertência será aplicada em razão de conduta praticada na fase contratual e somente quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) pelo descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não decorrer qualquer prejuízo à Administração ou ao interesse público;
- b) pela inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração.

VII - Observados o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como o procedimento previsto no Decreto Municipal nº. 700/2023, o contratado será responsabilizado administrativamente com a sanção de multa, sem prejuízo de eventual aplicação cumulativa com outras sanções, pelo cometimento das infrações a que der causa, nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos prazos do contrato, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 20% (vinte por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de ensejar o atraso na execução do objeto contratual sem motivo justificado;
- c) multa compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor do contrato, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato;
- d) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- e) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de dar causa à inexecução total do contrato;
- f) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

VIII - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IX - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:

- a) prestar declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

X - A aplicação de qualquer penalidade não prejudica o direito da Administração de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos.

## **22 – UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

22.1. Este Termo de Referência e seus Anexos foram elaborados pelo Sr. Mauricio Portella – Matrícula nº 40.055 – Farmacêutico e Sra. Irís de Freitas Farias Lobo – Matrícula nº 145.785 - Farmacêutica da Coordenação de Recursos Materiais (CRM) da Secretaria Municipal da Saúde.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO**

**DESCRIPTIVO DOS PRODUTOS**

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 01 – CÓDIGO 63.01.05.25017-9 - ACETILCISTEÍNA, 100mg/ml**, solução injetável, ampola com 3ml.

Código BR: BR0335091

**Quantidade:** 15.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 02 – CÓDIGO 63.01.05.14691-4 - ALBENDAZOL, 400mg**, comprimido mastigável, embalado em blister com um comprimido. Código BR: BR0267506

**Quantidade:** 125.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 03 – CÓDIGO 63.01.05.53522-7 - ALBENDAZOL, 40mg/ml**, suspensão oral, frasco com 10 ml. Código BR: BR0267507

**Quantidade:** 45.000 frascos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 04 – CÓDIGO 63.01.05.39850-0 - ALENDRONATO SÓDICO, 70mg**, comprimido, embalado em blister/strip, com 4 unidades, ou embalado em blister/strip fracionável em dose unitária.

Código BR: BR0269462

**Quantidade:** 200.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 05 – CÓDIGO 63.01.05.57161-0 - BENZILPENICILINA, procaina, 400.000 ui**, injetável, contendo benzilpenicilina procaina 300.000 ui + benzilpenicilina cristalina (potássica) 100.000 ui, embalagem contendo frasco-ampola com pó liofilizado para suspensão injetável ou embalagem contendo frasco-ampola com pó liofilizado + ampola com diluente com no mínimo 2ml, para preparo da suspensão injetável.

Código BR: BR0270614

**Quantidade:** 3.500 frascos-ampola

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 06 – CÓDIGO 63.01.05.03012-0 - CLINDAMICINA**, fosfato, 600mg, injetável, 150mg/ml, embalado em ampola contendo 4ml. Código BR: BR0292419

**Quantidade:** 11.500 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 07 – CÓDIGO 63.01.05.00707-7 - CLORETO DE SÓDIO, 20%**, injetável, ampola com 10ml.

Código BR: BR0267574

**Quantidade:** 9.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 08 – CÓDIGO 63.02.05.01254-0 - CLORPROMAZINA, 25mg**, injetável, (5,0mg/ml), ampola com 5ml.

Código BR: BR0268069

**Quantidade:** 2.500 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 09 – CÓDIGO 63.01.05.00714-1 - DESLANÓSIDO, 0,4mg**, injetável, (0,2mg/ml), ampola com 2ml.

Código BR: BR0276283

**Quantidade:** 1.500 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 10 – CÓDIGO 63.01.05.00731-1 - DIMETICONA, 75mg/ml**, gotas, frasco com no mínimo 10ml e no máximo 20ml. Código BR: BR0392118

**Quantidade:** 4.500 frascos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 11 – CÓDIGO 63.01.05.42666-0 - DOBUTAMINA, 12,5mg/ml**, solução injetável, ampola de 20ml. Código BR: BR0268446

**Quantidade:** 600 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 12 – CÓDIGO 63.02.05.01269-6 - FENITOÍNA, 50mg/ml**, injetável, ampola com 5ml. Código BR: BR0267107

**Quantidade:** 2.500 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 13 – CÓDIGO 63.01.05.00744-8 - FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + DIBÁSICO, ENEMA**, frasco plástico com cânula retal lubrificada com no mínimo 100 ml e no máximo 200 ml de solução.

Código BR: BR0267328

**Quantidade:** 7.000 frascos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 14 – CÓDIGO 63.02.05.01481-0 - MORFINA, SULFATO, 10 mg**, injetável, ampola com 1 ml. Código BR: BR0304871

Quantidade: 10.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 15 – CÓDIGO 63.01.05.10145-9 - NIFEDIPINA, 10mg**. Código BR: BR0267728-2

**Quantidade:** 6.000 cápsulas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 16 – CÓDIGO 63.07.05.02252-6 - VITAMINA, b1** + associação de vitaminas, injetável, contendo vitamina b1 (tiamina) 100 mg + associação de vitaminas b; a apresentação poderá ser uma única ampola de no mínimo 2 ml contendo tiamina + piridoxina + cianocobalamina ou em duas ampolas de 1ml cada, sendo que uma ampola deverá conter tiamina e piridoxina e a outra ampola cianocobalamina.

Código BR: BR0401890

**Quantidade:** 11.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 17 – CÓDIGO 63.01.05.00704-6 - CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%**, injetável, ampola com 10ml.

Código BR: BR0267162

**Quantidade:** 5.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 18 – CÓDIGO 63.01.05.13692-1 - SOLUÇÃO DE MANITOL, 20%**, 250ml, sistema fechado, embalado em bolsa ou frasco flexível para spgv (portaria 500/97, rdc 45/2003 e rdc 29/2007), com dois sítios (um com fechamento em material autovedável a múltipla punções, que não desprenda fragmentos para solução ao ser perfurado, para aditivação de medicamentos e um para conexão do equipo com sistema de proteção para abertura manual, sem utilização de objetos cortantes, ambos estéreis). Espaço interno que proporcione a aditivação de medicamento, sem que seja necessário desprezar parte da solução. Graduação orientativa na bolsa ou frasco.

Código BR: BR0299675

**Quantidade:** 400 unidades

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 19 – CÓDIGO 63.01.05.57723-1 - CIPROFLOXACINO, 200 mg**, injetável, solução injetável (2 mg/ml), sistema fechado com 100 ml. Código BR: BR0292418

**Quantidade:** 3.000 unidades

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 20 – CÓDIGO 63.02.05.01260-3 - DIAZEPAM, 10mg**, injetável, (5,0mg/ml), ampola com 2ml. Código BR: BR0267194

**Quantidade:** 11.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 21 – CÓDIGO 63.01.05.00737-3 - DOPAMINA, 5 mg/ml**, injetável, ampola com 10ml. Código BR: BR0268960

**Quantidade:** 1.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 22 – CÓDIGO 63.01.05.00749-6 - GENTAMICINA**, sulfato, 40mg/ml, solução injetável, ampola com 2ml. Código BR: BR0268256-3

**Quantidade:** 1.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 23 – CÓDIGO 63.01.05.00753-0 - GLICONATO DE CÁLCIO, 10%**, injetável, ampola com 10ml. Código BR: BR0270019

**Quantidade:** 2.500 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 24 – CÓDIGO 63.01.05.00752-6 - GLICOSE, 50%**, injetável, ampola com 10ml. Código BR: BR0267541

**Quantidade:** 32.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 25 – CÓDIGO 63.02.05.01289-7 - HALOPERIDOL, 5mg/ml**, injetável, ampola com 1ml. Código BR: BR0269846

**Quantidade:** 15.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 26 – CÓDIGO 63.01.05.00890-8 - ISOSSORBIDA, 5mg**, comprimido sublingual, embalado em blister, envelope kraft ou aluminizado, com no mínimo 10 unidades, ou frasco com no mínimo 20 e no máximo 30 unidades.

Código BR: BR0273395 e BR 0273402

**Quantidade:** 15.000 comprimidos sublinguais

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 27 – CÓDIGO 63.01.05.08764-1 - IVERMECTINA, 6mg**, comprimido, embalado em blister ou envelope com no mínimo 2 unidades. Código BR: BR0376767

**Quantidade:** 60.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 28 – CÓDIGO 63.01.05.32297-0 - LEVODOPA + CARBIDOPA, 250mg+25mg**, embalado em blister, envelope kraft ou aluminizado, com no mínimo 10 unidades e no máximo 30 unidades.

Código BR: BR0270130

**Quantidade:** 120.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 29 – CÓDIGO 63.01.05.42505-7 - LIDOCAÍNA, 2%**, com vasoconstritor, solução injetável, frasco-ampola com 20ml. Código BR: BR0269851

**Quantidade:** 50 frascos-ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 30 – CÓDIGO 63.02.05.42513-1 - MIDAZOLAM, 5mg/ml**, solução injetável, ampola com 10ml. Código BR: BR0268481

**Quantidade:** 6.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 31 – CÓDIGO 63.01.05.19096-4 - NITROGLICERINA, 5mg/ml**, injetável, embalada em ampola com 5ml. Código BR: BR0268970

**Quantidade:** 1.300 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 32 – CÓDIGO 63.01.05.19097-8 - OMEPRAZOL, 40mg**, injetável, embalado em frasco-ampola, contendo: 40mg de omeprazol + ampola de 10ml de diluente.

Código BR: BR0268160

**Quantidade:** 10.000 frascos-ampola

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 33 – CÓDIGO 63.01.05.75176-0 - POLIMIXINA B (SULFATO) + NEOMICINA (SULFATO) + fluocinolona acetona + lidocaína (cloridrato)**, 10.000ui/ml + 3,5mg/ml + 0,25 mg/ml + 20mg/ml, solução otológica, embalado em frasco conta-gotas com no mínimo 5ml.

Código BR: BR0270228

**Quantidade:** 6.000 frascos.

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 34 – CÓDIGO 63.01.05.00943-9 - PREDNISONA, 5mg**, comprimido, embalado em blister, envelope kraft ou aluminizado, com no mínimo 10 e no máximo 20 unidades.

Código BR: BR0267741

**Quantidade:** 900.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 35 – CÓDIGO 63.07.05.70967-9 - SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%**, injetável, ampola com 10 ml.

Código BR: BR0268076

**Quantidade:** 4.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 36 – CÓDIGO 63.01.05.04570-1 - TIMOLOL, 0,5%**, colírio, embalado em frasco conta-gotas com no mínimo 5ml. Código BR: BR0272581

**Quantidade:** 6.000 frascos.

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 37 – CÓDIGO 63.01.05.65326-6 - ESTRIOL, 1mg/g**, creme vaginal, bisnaga com 50g + aplicador individual, a bisnaga deverá apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

Código BR: BR0267208

**Quantidade:** 6.000 bisnagas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 38 – CÓDIGO 63.01.05.00990-5 - SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM**, 40 mg/ml + 8mg/ml, suspensão, contendo 40mg/ml de sulfametoxazol + 8mg/ml de trimetoprim, embalado em frasco com no mínimo 100 e no máximo 150ml + copo ou seringa dosadora.

Código BR: BR0308884

**Quantidade:** 15.000 frascos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 39 – CÓDIGO 63.01.05.00993-6 - TERBUTALINA, SULFATO, 0,5mg**, injetável, ampola com 1ml.

Código BR: BR0269818

**Quantidade:** 10.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 40 – CÓDIGO 63.01.05.19093-3 - AMPICILINA, 1g**, injetável, embalada em frasco-ampola, contendo 1.000mg de ampicilina sódica + ampola de diluente; para uso intravenoso, com no mínimo 3ml e no máximo 5ml.

Código BR: BR0268207

**Quantidade:** 500 frascos-ampola

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 41 – CÓDIGO 63.01.05.00929-0 - BENZILPENICILINA**, cristalina, 5.000.000 u.i, benzilpenicilina g potássica cristalina, frasco-ampola + diluente.

Código BR: BR0270616

**Quantidade:** 400 frascos-ampola

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 42 – CÓDIGO 63.02.05.39852-4 - CLORIDRATO DE BIPERIDENO, 2mg**, comprimido, com no mínimo 10 e no máximo 20 unidades embalado em blister/strip ou blister/strip fracionável em dose unitária.

Código BR: BR0270140

**Quantidade:** 300.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 43 – CÓDIGO 63.01.05.39879-4 - CAPTOPRIL, 25mg**, comprimido, embalado em blister/strip, contendo: 10, 15, 20 ou 30 unidades, ou embalado em blister/strip fracionável em dose unitária.

Código BR: BR0267613

**Quantidade:** 60.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 44 – CÓDIGO 63.01.05.05074-9 - LACTULOSE, 667mg/ml**, xarope, frasco com no mínimo 100ml, + copo ou seringa dosadora. Código BR: BR0383750

**Quantidade:** 2.500 frascos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 45 – CÓDIGO 63.01.05.00900-6 - METILPREDNISOLONA, 500 mg**, solução injetável, frasco-ampola, com 500mg de pó para solução injetável + diluente.

Código BR: BR0271599

**Quantidade:** 4.500 frascos-ampola

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 46 – CÓDIGO 63.01.05.16530-9 - MICONAZOL, 2%**, creme dermatológico, bisnaga com no mínimo 28g, a bisnaga deverá apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

Código BR: BR0268286

**Quantidade:** 24.000 bisnagas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 47 – CÓDIGO 63.02.05.42701-3 - NALOXONA, 0,4mg/ml**, solução injetável, ampola com 1ml.

Código BR: BR0272326

**Quantidade:** 500 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 48 – CÓDIGO 63.01.05.00947-3 - PROMETAZINA, 50mg**, injetável, (25mg/ml), ampola com 2ml.

Código BR: BR0267769

**Quantidade:** 25.000 ampolas

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 49 – CÓDIGO 63.01.05.39942-0 - PROPRANOLOL, 40mg**, comprimido, embalado em blister/strip, contendo 10, 15, 20 ou 30 unidades, ou embalado em blister/strip fracionável em dose unitária.

Código BR: BR0267772

**Quantidade:** 800.000 comprimidos

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 50 – CÓDIGO 63.01.05.07584-9 - SOLUÇÃO GLICOSADA, 5%, 250ml**, sistema fechado, embalada em bolsa ou frasco flexível, para spgv (portaria 500/97, rdc 45/2003 e rdc 29/2007), com dois sítios (um com fechamento em material autovedável a múltipla punções, que não desprenda fragmentos para solução ao ser perfurado, para aditivação de medicamentos e um para conexão do equipo com sistema de proteção para abertura manual, sem utilização de objetos cortantes, ambos estéreis). Espaço interno que proporcione a aditivação de medicamento, sem que seja necessário desprezar parte da solução. Graduação orientativa na bolsa ou frasco.

Código BR: BR0270092 / BR0357880

**Quantidade:** 12.000 unidades

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 51 – CÓDIGO 63.01.05.07585-0 - SOLUÇÃO GLICOSADA, 5%, 500ml**, sistema fechado, embalada em bolsa ou frasco flexível para spgv (portaria 500/97, rdc 45/2003 e rdc 29/2007), com dois sítios (um com fechamento em material autovedável a múltipla punções, que não desprenda fragmentos para solução ao ser perfurado, para aditivação de medicamentos e um para conexão do equipo com sistema de proteção para abertura manual, sem utilização de objetos cortantes, ambos estéreis). Espaço interno que proporcione a aditivação de medicamento, sem que seja necessário desprezar parte da solução. Graduação orientativa na bolsa

ou frasco.

Código BR: BR0270092 / BR0357880

**Quantidade:** 5.000 unidades

**EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI**

**ITEM 52 – CÓDIGO 63.07.05.39956-8 - VITAMINA, b1, 300mg**, comprimido, embalado em blister/strip, com no mínimo 10 e no máximo 20, unidades ou embalado em blister/strip fracionável em dose unitária.

Código BR: BR0272341

**Quantidade:** 350.000 comprimidos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO**

**CONDIÇÕES GERAIS PARA COTAÇÃO**

1. Todas as empresas participantes deverão encaminhar juntamente com os demais documentos exigidos no Anexo C do Termo de Referência, a proposta que consta no Anexo D, a qual deverá ser preenchida obrigatoriamente as seguintes informações:

- **DESCRIÇÃO** – Informar a descrição de cada item cotado.
- **MARCA** – Informar o nome de cada medicamento cotado que deverá ser o mesmo indicado no campo "**MARCA**" preenchimento da proposta eletrônica do sistema e-compras Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).
- **NOME FABRICANTE (MODELO)** – Informar o nome do laboratório fabricante de cada item cotado, que deverá ser o mesmo indicado no campo "**MODELO**" da proposta eletrônica do sistema e-compras Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).
- **REGISTRO COMPLETO NA ANVISA** – Informar o número completo do registro do medicamento na ANVISA e no caso de medicamento de notificação simplificada inserir a informação "Medicamento notificado".
- **QUANTIDADE** – Informar quantidade total exigida no Termo de Referência para cada item cotado.
- **VALOR UNTÁRIO** – Informar o último lance registro no sistema e-compras Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)) de cada item cotado por sua empresa.
- **VALOR TOTAL** – Informar o valor total de cada item cotado por sua empresa.
- **VALOR TOTAL DA PROPOSTA** – informar o valor total da proposta de sua empresa.

1.1. As informações indicadas na proposta exigida no item 1.E do Anexo C deverão ser as mesmas indicadas na proposta eletrônica do sistema e-compras Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).

1.2. O não preenchimento correto da proposta conforme estabelecido no item 1 deste Anexo e seus subitens, poderá acarretar na desclassificação do item cotado.

2. Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens adequadas contendo de forma visível os seguintes dizeres: "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO" (conforme Artigo 7º da Portaria 2.814 de 29/05/98).

3. O transporte dos medicamentos deverá ser feito dentro do preconizado para estes produtos e devidamente protegidos quando a pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

4. O texto e demais exigências legais para o cartucho, rotulagem, bula e embalagem devem estar em conformidade com a legislação vigente do Ministério da Saúde e Código de Defesa do Consumidor.

5. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc, deverá corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja às embalagens primárias e de consumo.

6. As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, envelopes, blísteres e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade, denominação genérica do produto e concentração.

7. As embalagens múltiplas (embalagem hospitalar) devem ser acompanhadas de tantas bulas quantas forem

às embalagens primárias constantes da mesma.

8. Os medicamentos ofertados devem atender às especificações físico-químicas e microbiológicas (quando for o caso), preconizadas para medicamento/forma farmacêutica quanto à identidade, teor/potência, uniformidade de conteúdo, biodisponibilidade, esterilidade, entre outras.

**Por ocasião da entrega somente serão recebidos os produtos que apresentarem no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade ainda para medicamentos em que o prazo de validade total seja superior a 01 (um) ano, e de 90% (noventa por cento) para medicamentos em que o prazo de validade seja igual ou inferior a 01 (um) ano, devendo ser entregues em no mínimo 02 (dois) lotes e no máximo 04 (quatro) lotes de cada produto. Os lotes a serem entregues deverão ser divididos equitativamente em relação ao quantitativo da parcela. Portanto, nas notas fiscais deverá vir discriminado o quantitativo entregue de cada lote de todos os produtos entregues, conforme Portaria nº 802/98.**

9. Caso o Laboratório Fabricante ou medicamento venha a ser interdito, a empresa fornecedora deverá substituir o medicamento por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação da Secretaria Municipal da Saúde para o produto proposto para substituição, sem custo para o município.

10. No caso de o produto apresentar alterações em sua composição, aspecto, etc, ou mesmo havendo denúncias das Unidades de Saúde, proveniente de usuários ou profissionais, a empresa será contada e deverá providenciar análise do produto em Laboratórios analítico – certificadores habilitados para atestar a conformidades às exigências e requisitos de qualidade a serem cumpridos por fabricantes e fornecedores dos mesmos. No caso de discordância, a Secretaria Municipal da Saúde se reserva o direito de realizar a análise sendo que o ônus da mesma será de inteira responsabilidade do fornecedor.

11. As embalagens de transporte devem apresentar condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc).

12. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, às mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento. Os aplicadores que acompanham cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado e convenientemente selados.

13. Os medicamentos que necessitem de acessórios para sua aplicação ou administração, devem vir acompanhados dos mesmos, incluindo os respectivos diluentes, filtros, aplicadores, bocais, etc.

14. As amplas das soluções parenterais de pequeno volume (SPPV) devem obedecer ao disposto nas resoluções RDC nº 9 de 02/01/2001 e RCD nº 333 de 19/11/2003.

15. Não poderão ser modificadas as quantidades, unidades e especificações do objeto licitado.

16. Os produtos cotados sob formas farmacêuticas gotas, suspensões, elixires, géis, doses e cremes terão seu preço calculado em função da fração, ou seja, por mililitro (ml), grama (g) ou dose.

17. É dever da Contratada manter o seu cadastro no e-Compras atualizado, contendo: endereço, e-mail, telefone e demais contatos corretos para envio das comunicações oficiais entre a SMS e a Contratada.

18. Não serão aceitos produtos cotados que sejam registrados na ANVISA como alimento ou suplemento alimentar ou suplemento vitamínico.

19. O setor solicitante poderá realizar consulta(s), no site da ANVISA ou outros que julgar necessário, a fim de instruir a análise dos itens cotados.

20. A Pregoeira, a critério do setor solicitante, poderá solicitar das proponentes informações para o correto julgamento e para a aprovação do produto. As informações solicitadas deverão ser apresentadas em até 02 (dois) dias úteis, a partir da solicitação feita através de Ofício. A empresa deverá encaminhar as informações solicitadas no endereço que será indicado no documento enviado pela Pregoeira.

**O NÃO ATENDIMENTO AO SOLICITADO NESTE ANEXO ACARRETERÁ NA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA –PREGÃO ELETRÔNICO**

**DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)**

1. Após o encerramento da fase de lances, **TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES** independente da classificação, deverão encaminhar os documentos abaixo indicados, A/C da Pregoeira, nos endereços eletrônicos e no prazo indicado no Edital de Embasamento. **Os documentos serão recebidos no prazo exigido no Edital de Embasamento. A não apresentação dos documentos acarretará na desclassificação da proposta.**

**1.A) CÓPIA DA LICENÇA SANITÁRIA** (dentro de seu prazo de validade) da **EMPRESA LICITANTE**. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado em Diário Oficial.

**1.B) CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO da EMPRESA LICITANTE**, concedida pelo Ministério da Saúde ou cópia da sua publicação no Diário Oficial da União, com as atividades compatíveis para indústria, distribuidora ou importadora de medicamentos. As empresas licitantes deverão cotar os produtos de acordo com o estabelecido na Autorização de Funcionamento, ou seja, respeitando o tipo de autorização (produto para saúde, cosmético, medicamento, medicamentos especiais), atividade(s) e classe(s) constante (s) na AFE.

**1.C) CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO da EMPRESA LICITANTE**, para fornecimento de medicamentos controlados pela Portaria 344/98, concedida pelo Ministério da Saúde ou cópia legível da sua publicação no Diário Oficial da União com as atividades compatíveis para indústria, distribuidora ou importadora de medicamentos.

**1.D) CÓPIA DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE TÉCNICA da EMPRESA LICITANTE**, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado da empresa licitante.

**1.E. PROPOSTA da empresa, com assinatura devidamente identificada do representante da empresa**, conforme modelo sugerido no Anexo D.

**1.F). DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS, com assinatura devidamente identificada do representante da empresa**, conforme modelo sugerido no Anexo E.

**1.G). DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE, com assinatura devidamente identificada do representante da empresa**, conforme modelo sugerido no Anexo F.

**\*\*\* APENAS PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)\*\*\***

**1.H. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021, com assinatura devidamente identificada do representante da empresa**, conforme modelo sugerido no Anexo G.

2. Junto com os documentos solicitados acima, **(itens 1.A a 1.H)**, **todas as proponentes** independentes da classificação deverão encaminhar, também, os documentos abaixo indicados, A/C da Pregoeira, nos endereços eletrônicos e no prazo indicado no Edital de Embasamento. **Os documentos serão recebidos no prazo exigido no Edital de Embasamento. A não apresentação dos documentos acarretará na desclassificação do(s) item(ns) cotado(s).**

**2.A.) CÓPIA do REGISTRO DO MEDICAMENTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE** ou Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em lei ou ainda do Certificado de Isenção de Registro, SE FOR O CASO (o Número de Registro do medicamento no Ministério da Saúde deverá corresponder àquele concedido para a embalagem cotada. Não serão aceitos números de protocolos de registro; somente serão aceitos números de protocolos de revalidação de registro).

# Para os medicamentos isentos de Registro as proponentes deverão apresentar Certificado de

Isenção de Registro junto ao Ministério da Saúde ou sua publicação no D.O.U. (Diário Oficial da União).

# Não serão aceitos produtos cotados que sejam registrados na ANVISA como alimento, suplemento alimentar ou suplemento vitamínico.

**2.B.) CÓPIA da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO** do fabricante nacional, concedida pelo Ministério da Saúde, ou do importador, detentor do registro, caso se trate de produto importado.

**2.C.) CÓPIA da LICENÇA SANITÁRIA** (dentro de seu prazo de validade), **do fabricante**, caso se trate de produto nacional, **ou do importador**, detentor do registro, caso se trate de produto importado. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado em Diário Oficial.

**2.D.) DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO DO CONVENIO Nº CONFAZ 87/2002, com assinatura devidamente identificada do representante da empresa**, para os itens que se enquadrem nesta condição, de acordo com o modelo que consta no Anexo H do Termo de Referência.

**2.E.) DECLARAÇÃO DE NÃO APLICAÇÃO DE DESONERAÇÃO DO CONVENIO Nº CONFAZ 87/2002, com assinatura devidamente identificada do representante da empresa**, para os itens que se enquadrem nesta condição, de acordo com o modelo que consta no Anexo I do Termo de Referência.

#### **OBSERVAÇÕES:**

1. As LICITANTES ficam responsáveis pela veracidade dos documentos apresentados, os quais são exigidos neste anexo.
2. Para os documentos solicitados que forem emitidos pela internet, o setor solicitante conferirá a autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos.

**# OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE ANEXO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS POR EMAIL, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E NÚMERO DO PREGÃO.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO D DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO**

**PROPOSTA**

A empresa....., devidamente inscrita no CNPJ nº. ....  
com sede na, por intermédio de seu representante o(a) Sr(a) .....,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº , vem por meio desta apresentar a proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	NOME FABRICANTE (MODELO)	REGISTRO COMPLETO NA ANVISA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>						R\$ _____	

\_\_\_\_\_, ... de .....de 20....

\_\_\_\_\_  
**Assinatura devidamente identificada do  
representante da empresa**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO E DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO**

**DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS**

A empresa....., devidamente inscrita no CNPJ nº.  
..... com sede na ....., por intermédio de seu representante legal  
o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº  
.....e CPF nº ....., DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para  
pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas  
específicas.

XXXXX, xx de xxxxxx de 20....

**Assinatura devidamente identificada do  
representante legal da empresa proponente  
(apontado no contrato social ou procuração com  
poderes específicos)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO F DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO**

**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

A empresa....., devidamente inscrita no CNPJ nº.  
..... com sede na ....., por intermédio de seu representante legal  
o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº  
.....e CPF nº ....., DECLARA que cumpre os critérios de sustentabilidade previstos  
nos art. 2º e 3º do Decreto Municipal nº 1346/2023.

XXXXXX, xx de xxxxxx de 20...

**Assinatura devidamente identificada do  
representante legal da empresa proponente  
(apontado no contrato social ou procuração com  
poderes específicos)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO G DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021**

A empresa....., devidamente inscrita no CNPJ nº.  
..... com sede na ....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº  
.....e CPF nº ....., DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº  
011/2025, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é  
considerada:

**MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Lei Complementar nº 123, de  
14/12/2006, alterada pela Lei Complementar 155/2016.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do  
artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações e que no ano-  
calendário da realização da licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores  
somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de  
pequeno porte.

\_\_\_\_\_, ....de .....de 20....

\_\_\_\_\_  
**Assinatura devidamente identificada do  
representante da empresa**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**

**DOCUMENTOS EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

**Os documentos exigidos no Anexo C do Termo de Referência deverão ser encaminhados** para os seguintes endereços eletrônicos: **anlemes@sms.curitiba.pr.gov.br** e **cplsms@sms.curitiba.pr.gov.br**, A/C da Sra. Angela Koga Lemes (Pregoeira). **Os documentos serão recebidos até às 18:00 horas do dia 23/04/2025 (quarta-feira). A não apresentação dos documentos acarretará na desclassificação da proposta/item.**

**OBSERVAÇÕES:**

1. As LICITANTES ficam responsáveis pela veracidade dos documentos apresentados, os quais são exigidos neste anexo.
2. Para os documentos solicitados que forem emitidos pela internet, o setor solicitante conferirá a autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos.

**# OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS POR E-MAIL, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E NÚMERO DO PREGÃO.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
PREGÃO – SMS**

**ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Ata de Registro de Preços nº XX  
Pregão Eletrônico nº 011/2025 – SMS.  
Interessado: Secretaria Municipal da Saúde.**

Aos **xxxx** dias do mês de **xxxxxxxxxx** do ano de **dois mil e dezoito**, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Secretaria Municipal da Saúde, sita na Rua Francisco Torres, nº 830, 9º andar, neste ato representada pela Secretária Municipal da Saúde, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, registra-se os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **xxxxxxxxxxxxx**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXX**, CNPJ nº **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**. Este procedimento está embasado nos termos da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 701/2023, e do Edital de Pregão Eletrônico nº **xxx/20xxxx – SMS**, cujo objeto é **“SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO – EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI”**, referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s), em nome da empresa acima citada. O(s) item(ns) constante(s) nesta Ata de Registro de Preços com seu(s) respectivo(s) preço(s) registrado(s) não obriga a Secretaria Municipal da Saúde a adquirir as quantidades totais estimadas, podendo ser parciais.

**ITEM(NS) COM MENOR PREÇO**

**ITEM xxx -**

Marca

Modelo: **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Valor unitário: **XXXXXXX**

Quantidade Estimada: **XXXXXXXXXXXXX**

Valor total estimado: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

- 
- ◆ Fica declarado que o(s) preço(s) constante(s) da presente Ata, portanto registrado(s), terá(ão) validade de 01 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, no Portal de Compras do Município e no Diário Oficial Eletrônico - Atos do Município de Curitiba, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que conveniente, oportuno e comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
  - ◆ A empresa signatária da Ata se compromete a entregar o objeto da licitação, no quantitativo e prazo exigido pelo Município, a partir da disponibilização da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento no portal personalizado do fornecedor.
  - ◆ As obrigações da Contratada e do Município, condições gerais, assim como as penalidades encontram-se no Edital de Embasamento do Pregão Eletrônico nº 011/2025 – SMS e Anexos, instrumentos aos quais a CONTRATADA se encontra vinculada.
  - ◆ Esta Ata de Registro Preços será divulgada no PNCP e no Portal de Compras do Município de Curitiba e ficará à disposição durante a sua vigência.
  - ◆ E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preços.

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Secretária Municipal da Saúde

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
CONTRATADA

